



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE ARQUEOLOGIA
GRADUAÇÃO EM ARQUEOLOGIA

MARIA REGINA FERREIRA DE SOUSA

ARQUEOLOGIA, INVISIBILIDADE E PERSISTÊNCIA: UM ESTUDO SOBRE A
AUSÊNCIA INDÍGENA NAS PESQUISAS DA ARQUEOLOGIA HISTÓRICA

RECIFE

2024

MARIA REGINA FERREIRA DE SOUSA

**ARQUEOLOGIA, INVISIBILIDADE E PERSISTÊNCIA: UM ESTUDO SOBRE A
AUSÊNCIA INDÍGENA NAS PESQUISAS DA ARQUEOLOGIA HISTÓRICA**

TCC apresentado ao Curso de Arqueologia da
Universidade Federal de Pernambuco, como
requisito para a obtenção do título de Bacharel em
Arqueologia.

Orientador(a): Scott Joseph Allen

RECIFE

2024

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do programa de geração automática do SIB/UFPE

Sousa, Maria Regina Ferreira de .

Arqueologia, Invisibilidade e Persistência: Um estudo sobre a ausência indígena nas pesquisas da Arqueologia Histórica / Maria Regina Ferreira de Sousa. - Recife, 2024.

64 p.

Orientador(a): Scott Joseph Allen

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Arqueologia - Bacharelado, 2024.

1. Arqueologia Histórica. 2. Indígenas. 3. Colonialismo. 4. Longa Duração. I. Allen, Scott Joseph. (Orientação). II. Título.

360 CDD (22.ed.)

MARIA REGINA FERREIRA DE SOUSA

**ARQUEOLOGIA, INVISIBILIDADE E PERSISTÊNCIA: UM ESTUDO SOBRE A
AUSÊNCIA INDÍGENA NAS PESQUISAS DA ARQUEOLOGIA HISTÓRICA**

TCC apresentado ao Curso de Arqueologia da
Universidade Federal de Pernambuco, como
requisito para a obtenção do título de Bacharel
em Arqueologia.

Aprovado em: ____/____/____.

BANCA EXAMINADORA

Profº. Dr. Scott Joseph Allen (Orientador)
Universidade Federal de Pernambuco

Profº. Dr. Ricardo Pinto de Medeiros (Examinador Interno)
Universidade Federal de Pernambuco

Ma. Rute Ferreira Barbosa (Examinadora Externa)
Programa de Pós-Graduação em Arqueologia
Universidade Federal de Pernambuco

AGRADECIMENTOS

Gostaria de expressar meus sinceros agradecimentos a Maria José da Silva, minha querida avó, que sempre cuidou de mim, me educou, foi meu porto seguro em todos os momentos difíceis e me deu apoio tanto emocional quanto financeiro para chegar até aqui.

Agradeço também ao meu avô Severino Ferreira, aos meus pais Risolene Ferreira da Silva e Pedro Rodrigues de Sousa, aos meus irmãos Pedro Reynan Ferreira de Sousa e Kaio Ruan Ferreira de Sousa e aos meus avós paternos Maria José Rodrigues e Luís Félix de Sousa por sempre estarem ao meu lado, me orientando, dando apoio e principalmente amor e carinho.

Um agradecimento especial aos meus padrinhos Maria Marlene e João Marinho e a toda a minha família por sempre me apoiarem, incentivarem e aconselharem.

Agradeço ao meu orientador Scott Allen por ter acreditado em mim e me aconselhado nessa jornada.

Agradeço as pessoas mais incríveis que conheci durante o curso: João Ricardo, Amanda, Eliel, Cida, Mariana, Jack, Camily, Ingrid, Livia, Marília, Bianca, Rômulo, Danny.

Agradeço também às minhas amigas de longa data Bianca, Fernanda, Eduarda, Jennifer e meus amigos João Alexandre e Jonatha Alexandre.

Agradeço a todos os meus professores e a minha supervisora Carol por todo o conhecimento que me foi transmitido.

Agradeço a Rony, Sarah, Dona Luzia, Rodrigo, Thaís, Helena, Joana, Hugo, Dona Neide, Seu Aduino e Fernanda por toda a assistência e incentivo.

Agradeço a Iuri e Jade Paiva, Paloma Martins, Renata Albuquerque e Filipe Simões por me ensinarem tantas coisas e me incentivarem a seguir com o curso.

RESUMO

A presente pesquisa investiga a invisibilidade dos povos indígenas nas pesquisas de Arqueologia Histórica no Brasil, abordando a escassez de estudos abrangentes sobre os indígenas no período Pós-colonial. Destaca-se a falta de inclusão desses povos no processo de pesquisa, limitando assim o entendimento dos contextos históricos e destacando uma lacuna significativa na compreensão e reconhecimento do conhecimento, culturas e perspectivas indígenas. A metodologia adotada trata-se de uma revisão bibliográfica de pesquisas em Arqueologia focalizando nos períodos colonial e pós-colonial. É apresentada uma contextualização do período Colonial e do Império, abordando as medidas tomadas para a assimilação e exclusão dos povos indígenas. Destaca-se a continuidade dos povos indígenas ao longo do tempo por meio da abordagem de Longa Duração, reconhecendo sua persistência e enfatizando seu papel como protagonistas de suas próprias histórias, contribuindo para a construção histórica do país e na preservação cultural. Posteriormente é realizada uma avaliação sobre a ausência dos indígenas nas pesquisas de Arqueologia Histórica, seguida pela apresentação das novas medidas utilizadas por arqueólogos para contribuir com uma Arqueologia mais inclusiva e sanar a problemática da invisibilidade.

Palavras-chave: Arqueologia Histórica; Indígenas; Colonialismo; Longa Duração.

ABSTRACT

The present research investigates the invisibility of indigenous peoples in Historical Archaeological research in Brazil, addressing the scarcity of comprehensive studies on indigenous communities in the post-colonial period. The lack of inclusion of these peoples in the research process is highlighted, thereby limits the understanding of historical contexts and emphasizes a significant gap in the comprehension and recognition of indigenous knowledge, cultures, and perspectives. The adopted methodology involves a bibliographic review of Archaeological research focusing on the colonial and post-colonial periods. A contextualization of the Colonial and Empire periods is presented, addressing measures taken for the assimilation and exclusion of indigenous peoples. The continuity of indigenous peoples over time is emphasized through the *Longue Durée* approach, recognizing their persistence and underscoring their role as protagonists in their own histories, contributing to the historical construction of the country and cultural preservation. Subsequently, an evaluation is conducted on the absence of indigenous peoples in Historical Archaeological research, followed by the presentation of new measures used by archaeologists to contribute to a more inclusive archaeology and address the issue of indigenous invisibility.

Keywords: Historical Archaeology; Indigenous Peoples; Colonialism; *Longue Durée*.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	7
2. A ARQUEOLOGIA E SUA RELAÇÃO COM OS POVOS INDÍGENAS.....	12
2.1 Definição e o Escopo da Arqueologia.....	12
2.2 A Arqueologia de Períodos Históricos.....	14
2.3 Contribuições da Arqueologia na História dos Povos Indígenas.....	17
3. CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA E SOCIAL.....	20
3.1 As Políticas Pombalinas.....	20
3.2 A Política Indigenista do Império.....	22
3.3. O Colonialismo e a Invisibilidade Indígena na Arqueologia Histórica.....	27
4. A ARQUEOLOGIA E AS HISTÓRIAS INDÍGENAS DE LONGA DURAÇÃO.....	32
4.1 As Ações Conscientes dos Povos Indígenas.....	32
4.2 Caminhos atuais na Arqueologia Histórica.....	37
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	52
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	54

1. INTRODUÇÃO

A pesquisa acadêmica é uma importante maneira de adquirir conhecimento, permitindo-nos entender o mundo ao nosso redor e enfrentar os eventuais desafios sociais. As ciências humanas, em especial a Arqueologia, possuem uma responsabilidade essencial no que diz respeito a desempenhar um papel significativo na promoção da justiça social e na ampliação da voz e visibilidade dos grupos marginalizados.

A Arqueologia busca compreender, através da cultura material e de outras linhas de evidência — incluindo fontes escritas e relatos orais — as pessoas, suas vidas cotidianas, assim como suas características políticas e sociais. Essa prática arqueológica transcende a simples interpretação da cultura material do passado humano. Considerando que, a disciplina possibilita revelar as histórias e as ideias desses grupos, os quais foram negligenciados e silenciados no decorrer da história.

Mediante essa abordagem heterogênea, conciliada com o trabalho do arqueólogo como intérprete e pesquisador, permite não apenas a compreensão, mas também a interpretação crítica das complexidades dos povos antigos e contemporâneos. É importante mencionar que o conhecimento produzido pelos arqueólogos é relevante para as pessoas no presente, auxiliando na conservação do seu patrimônio ao mesmo tempo que mantém seu passado vivo.

Pesquisadores pós-processualistas como Ian Hodder (1986) e Michael Shanks (1992), contudo, afirmam que os arqueólogos são frutos do seu próprio meio, devido a isso, as suas indagações acerca da cultura de outros grupos sofrem interferências das suas próprias concepções ocidentais. Tal fato se refletiu por muitos anos nas pesquisas acerca das populações indígenas, principalmente em se tratando de períodos históricos.

Apesar da significativa contribuição dos povos indígenas no processo de colonização do Brasil, eles são frequentemente desconsiderados nas pesquisas relacionadas ao período colonial e pós-colonial. Isso acontece devido a essa visão pautada em perspectivas assimilacionistas, o que conduziu os pesquisadores a compreender os indígenas colonizados como indivíduos aculturados, submissos e desconectados de suas tradições (Almeida, 2010; Souza, 2017).

A concepção de uma cultura indígena pura, de perda cultural por assimilação e o desaparecimento dos povos indígenas devido a degeneração, está presente, por exemplo, nos

relatos de Curt Nimuendajú. Edson Silva (2007) em seu artigo, afirma que, o etnólogo que fez diversas excursões em todo o Brasil estudando os povos indígenas, descreveu sua estadia com os povos "Sukurú de Cimbres" e os "Fulnió", que habitavam as áreas de Pesqueira e Águas Belas, respectivamente, como frustrante, visto que, os indígenas haviam perdido tudo da cultura material e da sua cultura social. Em uma carta resposta enviada ao Smithsonian Institution em 1943, Nimuendajú escreveu: “Que eu mesmo forneça informações sobre essas tribos (talvez com exceção dos Sukurú de Cimbres, quase aculturados, e que visitei em 1934) não acho viável” (Carta de Curt Nimuendajú, 1943 apud Silva, 2007, p. 155).

A Arqueologia, especialmente a Arqueologia Histórica, é fortemente ligada ao colonialismo. Autores como Souza (2017) e Silliman (2019, 2022) argumentam que devido a esse elo, é comum encontrar pesquisas que frequentemente sugerem que os povos indígenas, na pré-história, estavam livres dos impactos da colonização, responsáveis pela destruição de sua cultura. Essa visão perpetua a falta de contemporaneidade desses povos perante os pesquisadores, que os consideram apenas como autênticos em contextos anteriores ao contato.

A ênfase nesses períodos mais antigos isola as comunidades indígenas no presente de seus passados e de suas habilidades de exercer reivindicações sobre eles, não apenas pela retórica do impacto fatal, mas também pela prática de não estudar conexões mais recentes em suas cadeias históricas (Lightfoot, 1995). Outro ponto importante é que, muitas vezes, os povos indígenas são tratados apenas como objetos de estudo, ao invés de serem incluídos como parceiros iguais e detentores de conhecimentos valiosos sobre seu próprio passado.

Estudos realizados nas últimas décadas têm contribuído para quebrar esses paradigmas, conforme evidenciado por Allen (2000), Machado (2009), Almeida (2010), Silva (2011) e Bespalez (2015). Os índios foram lentamente passando da invisibilidade para o protagonismo através de movimentos políticos e intelectuais proporcionados por eles próprios, tendo como exemplo a Marcha das Mulheres Indígenas (2019) e o Acampamento Terra Livre (ATL). A persistência desses povos tem promovido mudanças significativas na interpretação da cultura indígena, tanto no passado quanto no presente.

Essa persistência remonta ao período colonial, no qual os indígenas viventes se adaptaram à nova realidade e a utilizaram para sobreviver e manter sua cultura, apesar das normas impostas pelos europeus. Silliman (2019) enfatiza que estender as histórias indígenas no tempo serve a um objetivo político de situar ainda mais pessoas em suas paisagens e

respeitar as possibilidades de suas conexões ancestrais. Segundo Almeida (2013), com base em abordagens interdisciplinares, as pesquisas atuais centram o foco da análise nos próprios indígenas e identificam suas formas de compreensão e seus objetivos nas várias situações de contato por eles vividas.

Ao passo que os pesquisadores optaram por minimizar os impactos do colonialismo, ou pelo menos o contextualizaram à luz de histórias indígenas de longo prazo que se estendem por séculos (Silliman, 2019), começaram a ser escritas histórias indígenas de longa duração. Manuela Carneiro da Cunha, foi um marco desse período, que se consolida com a publicação do livro *História dos Índios no Brasil* organizado por Cunha em 1992. De acordo com Kater e Lopes (2021) o livro trata-se de uma coletânea interdisciplinar com artigos de linguistas, historiadores, antropólogos, mas sintomaticamente com apenas dois artigos dedicados à Arqueologia.

A *Longue Durée* ou Histórias de Longa Duração foi proposta por Fernand Braudel em 1958 e começou a ser utilizada na Arqueologia Brasileira no fim da década de 1980. Tal abordagem foi iniciada no Brasil por pesquisadores como Lathrap (1970) e Brochado (1984) e depois desenvolvida por pesquisadores como Noelli (1999), Neves (2008) e Heckenberger (2001, 2005) (Schuster *et al*, 2020). Outros trabalhos como os de Scamacchia (1990), Wüst (1990), Eremites de Oliveira (2003), Bespalez (2009), seguem as implicações etnográficas para interpretar os vestígios arqueológicos, e compreendem os resultados como uma narrativa de longa duração das populações indígenas atuais.

Schaan (2000), Medeiros (2005, 2007), Almeida (2008,2017), Oliveira (2011), Noelli e Sallum (2019), Wai Wai (2019), Wai Wai e Jácome (2021), versam a contribuição indígena para a formação do estado brasileiro e apontam os indicadores de continuidade da cultura indígenas após a colonização. Apesar disso, ainda são poucos os pesquisadores interessados no tema. Lightfoot (1995), Noelli e Ferreira (2007), Almeida (2010, 2013, 2017), Souza (2017), Silliman (2019), Sallum e Noelli (2022) e Valadares (2023) destacam o problema da ausência indígena nos períodos históricos e aludem que para construir um conhecimento histórico autêntico e justo é necessário reconhecer e abordar essa ausência.

“Embora ainda lentas, as mudanças, além de significativas, são de fundamental importância do ponto de vista acadêmico, social e político, tanto para os povos indígenas quanto para os não indígenas” (Almeida, 2017, p. 18). Visto que, a invisibilidade indígena nas pesquisas em Arqueologia acarreta impactos diretos nas comunidades indígenas,

resultando na redução da preservação da identidade, na diminuição da autoestima cultural e no enfraquecimento dos laços com seu próprio passado. Além disso, destaca uma lacuna significativa em nossa compreensão e reconhecimento do conhecimento, culturas e perspectivas indígenas.

Sallum e Noelli (2022) apontam que o apagamento é uma ferramenta utilizada desde a colonização, usada para diversos fins:

[...] Desde a desqualificação jurídica e moral dos indígenas, anulando-os para alcançar diversos interesses, especialmente os fundiários, até ações governamentais maliciosas que reafirmam o apagamento em certas campanhas, fazendo os indígenas urbanos não terem os mesmos direitos dos aldeados, como no caso da vacinação contra a COVID-19 em janeiro de 2021 (Sallum e Noelli, 2022, p. 277).

Esse trabalho tem como objetivo geral expor os contextos políticos, sociais e históricos acerca da invisibilidade indígena nas pesquisas em Arqueologia Histórica. Para alcançar o objetivo geral o trabalho pretende alcançar os seguintes objetivos específicos:

- a) Mostrar a continuidade da participação indígena em processos históricos que tradicionalmente focam em grupos não indígenas;
- b) Examinar a ausência do indígena em Arqueologia Histórica;
- c) Apontar os caminhos atuais realizados por pesquisadores na tentativa de ampliar/melhorar nosso entendimento do Índio em épocas históricas.

A pesquisa se trata de uma revisão temática de literatura, por isso a metodologia restringe-se a levantamentos bibliográficos em arquivos e bibliotecas. A metodologia consiste em um levantamento bibliográfico acerca do Indígena como objeto de estudo em Arqueologia Histórica e trabalhos etnográficos, onde será buscado elencar as principais pesquisas acerca do tema realizadas no Brasil. A partir das pesquisas apuradas, será feita uma análise relativa à forma como os índios são explanados nos trabalhos científicos.

A estrutura deste trabalho foi planejada com o intuito de abordar todos os objetivos propostos e facilitar a compreensão do leitor.

A seção um trata-se desta Introdução onde foi apresentada a importância das ciências, como a Arqueologia, para dar voz aos grupos marginalizados, destacando como a falta de representação dos povos indígenas nas pesquisas resulta em distorções na compreensão de

sua cultura e identidade. E enfatizando as mudanças recentes na interpretação da cultura indígena, reconhecendo seu protagonismo crescente.

A segunda seção aborda a intersecção entre a Arqueologia e as comunidades indígenas. Nele será introduzida a arqueologia como disciplina, definindo seus objetivos e métodos. Além disso, também será apresentada a Arqueologia focada nos estudos dos períodos históricos e por último destaca como o potencial da arqueologia para revelar a continuidade das culturas indígenas ao longo do tempo. Esta análise visa aprofundar a percepção sobre a interação entre a Arqueologia e as comunidades indígenas, delineando a importância desses estudos para ampliar a compreensão da história e da cultura desses povos.

A terceira seção trata-se de uma contextualização histórica e social onde são abordadas as relações de poder e o legado colonial que influenciaram as perspectivas das sociedades e as práticas arqueológicas acerca dos povos indígenas. Explora-se primeiro os impactos das políticas pombalinas, seguida pela política indigenista do Império, e por fim é discutido o vínculo entre o colonialismo e a invisibilidade dos povos indígenas na Arqueologia Histórica.

A quarta seção destaca a participação ativa dos povos indígenas na construção da história, utilizando análises e documentações que comprovam a presença e o envolvimento dos povos indígenas em eventos históricos que tradicionalmente não lhes foram atribuídos, enfatizando as ações conscientes tomadas pelos indígenas que influenciaram eventos e moldaram seu próprio destino. Posteriormente é realizada uma avaliação sobre a ausência dos indígenas nas pesquisas de Arqueologia Histórica, baseada em um levantamento bibliográfico dos estudos publicados nos últimos trinta anos. Também são apresentadas as estratégias utilizadas pelos pesquisadores para lidar com o problema da invisibilidade e tornar a Arqueologia uma ciência mais inclusiva.

Por fim são apresentadas as considerações finais do trabalho, acompanhadas de reflexões acerca da importância de superar a ausência dos povos indígenas e alcançar uma pesquisa mais dinâmica, inclusiva e ética.

2. A ARQUEOLOGIA E SUA RELAÇÃO COM OS POVOS INDÍGENAS

2.1 Definição e o Escopo da Arqueologia

A concepção de que os objetos de estudo da Arqueologia são as “coisas” encontradas nas escavações de sítios arqueológicos ainda é bastante difundida pela comunidade científica e pelas pessoas em geral. Gordon Childe (1942) descreveu a Arqueologia como uma disciplina que busca recuperar e reconstruir o passado dos povos humanos por meio de análises sistemáticas de seus vestígios materiais. O autor enfatiza que a Arqueologia se diferencia da Antropologia justamente por se concentrar de forma específica nos aspectos materiais e na recuperação do passado através deles.

Contudo, a Arqueologia nas últimas décadas vem cada vez mais ampliando seu escopo, não apenas limitando-se a escavações e coletas artefatos, acentuando o estudo das sociedades mortas ou vivas no passado ou no presente. Lewis Binford (1962) conceitua a arqueologia como a ciência antropológica que estuda os comportamentos humanos passados por meio da análise dos vestígios materiais deixados pelas sociedades antigas. Colin Renfrew e Paul Bahn (1991) também trazem uma definição nesse mesmo sentido para a disciplina, descrevendo-a como a disciplina que busca compreender a cultura humana por meio do estudo sistemático dos restos materiais deixados pelas sociedades do passado.

Julian Thomas (2010), definiu a Arqueologia como uma ciência interdisciplinar que investiga o passado humano por meio da análise de objetos, estruturas e paisagens criadas e modificadas pelas sociedades passadas. De igual modo, Ian Hodder (2012a) indica que a arqueologia é o estudo dos vestígios materiais da atividade humana passada e presente e a interpretação dos significados culturais e sociais desses vestígios.

Pedro Paulo Funari (2003) adota a arqueologia como uma ciência que estuda, diretamente, a totalidade material apropriada pelas sociedades humanas, como parte de uma cultura total, material e imaterial, sem limitações de caráter cronológico. É preciso frisar que, as abordagens adotadas pelos pesquisadores têm um impacto significativo na atividade

arqueológica, influenciando a forma como o registro arqueológico é interpretado e compreendido.

No Histórico Culturalismo, o propósito da Arqueologia era identificar grupos étnicos pré-históricos, com frequência desconhecidos, por meio de sua cultura material. Buscava-se reconhecer sua origem, restaurar seus movimentos, verificar sua interação com outros grupos. Essa abordagem visava a elaboração de seriações mais detalhadas para explicar o registro arqueológico em detalhes mais precisos do que se fizera no passado, o que é substancial para estabelecer sequências temporais mais precisas e detalhadas.

Isso, por sua vez, era crucial para os arqueólogos reconstruírem eventos históricos e entenderem a evolução cultural ao longo do tempo. Este modelo cujos os pesquisadores precursores são Gustav Kossina e Gordon Childe, pressupõe que a cultura é hegemônica e que as tradições são passadas de geração em geração, assim sendo, é possível determinar os antepassados dos grupos étnicos estudados como os Tupis e Guaranis.

Em meados da década de 1960, surgiu a chamada Nova Arqueologia ou Arqueologia Processual, tendo Lewis Binford (1962) como uma figura de destaque, o pesquisador parafraseia Willey & Phillips (1958) ao afirmar que a Arqueologia é Antropologia ou não é nada. Binford também defendia que os arqueólogos deveriam ser treinados como etnógrafos para assim compreender a diversidade cultural, mas sem atrelar os dados às explicações difusionistas como era feito no Histórico Culturalismo.

A cultura para os processualistas é vista como uma forma de adaptação ao meio, devido ao seu vínculo com as ciências naturais, a Arqueologia Processual tem uma grande ênfase na evolução cultural, na teoria dos sistemas e busca compreender a ideia de variabilidade. Os processualistas enxergavam a sociedade como uma unidade funcional, onde a cultura era vista como um sistema ecológico humano.

Entretanto, é importante ressaltar que, os trabalhos sobre os povos indígenas na abordagem processualista apresentavam algumas limitações. Os pesquisadores tendiam a priorizar os aspectos econômicos e tecnológicos, e tratavam de forma simplificada as práticas sociais, crenças, rituais e dinâmicas culturais. Desse modo, a Arqueologia Processual, embora relevante até os dias atuais, foi posteriormente criticada devido às suas limitações. Abordagens pós-modernistas como a Arqueologia Pós-processual ou Interpretativa buscaram corrigir essas limitações.

Na década de 1980, o pós-modernismo estava sendo difundido nas ciências humanas, surgindo assim críticas à ideia da “verdade científica” e o “conhecimento objetivo e universal” proposto pelo positivismo. Dentro da ciência arqueológica, muitos pesquisadores começaram a tecer alguns julgamentos ao processualismo. Os artefatos não eram mais vistos como um reflexo da sociedade que o produziu, mas sim um componente ativo, usado para produzir e reproduzir as relações sociais.

Ian Hodder (2012b) argumenta que os artefatos não são apenas produtos da cultura, mas sim participantes ativos nas práticas sociais e culturais. O pesquisador ressalta que a Arqueologia deve interpretar os materiais para entender os seus significados culturais e sociais, ao invés de se concentrar em uma abordagem estritamente funcionalista. Os arqueólogos pós-processualistas indagam ainda que não existe uma abordagem investigativa correta (Renfrew e Bahn, 1993), uma vez que, as ciências são construções discursivas, inseridas em contextos sociais (Funari, 2010).

Para os pesquisadores pós-processualistas, é impossível existir uma verdade objetiva e absoluta sobre o passado, pois, eles enfatizam que a arqueologia faz interpretações e inferências moldadas a partir das estruturas sociais, culturais e políticas presentes em um determinado momento. Assim sendo, as afirmações sobre o passado refletem não apenas a realidade histórica em que o arqueólogo está inserido, mas também as suas visões de mundo. Além disso, salientam a importância do envolvimento das comunidades no processo investigativo, a fim de obter uma compreensão mais ampla e inclusiva das sociedades passadas.

De acordo com a afirmação de Funari (2010) a Arqueologia pós-processual introduziu, de forma explícita, a dimensão política da disciplina, sua importância na luta dos povos pelo seu próprio passado e por seus direitos. As pesquisas desenvolvidas a partir da abordagem interpretativa dão um maior enfoque nos aspectos simbólicos e ritualísticos da cultura dos povos indígenas, além de reconhecer a importância de incorporar as concepções desses povos na interpretação do passado, permitindo assim uma maior compreensão das complexidades culturais desses povos.

É relevante observar que, as abordagens arqueológicas não se tornam obsoletas a partir do surgimento de outras, ao invés disso, elas coexistem e são aplicadas de várias maneiras nas pesquisas. A coexistência e a aplicação variada das abordagens arqueológicas refletem a natureza dinâmica e multifacetada da arqueologia como uma disciplina. Os

arqueólogos as adaptam e combinam com base nas perguntas de suas pesquisas, nos tipos de evidências disponíveis e nos objetivos do estudo.

2.2 A Arqueologia de Períodos Históricos

Na década de 1960 a Arqueologia Histórica brasileira começou a ser realizada por pesquisadores especializados, ainda que existam registros de pesquisas em anos anteriores. Muitos desses arqueólogos foram habilitados pelo Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas (PRONAPA) coordenado pelos arqueólogos Betty Meggers e Clifford Evans. Os cientistas identificaram, caracterizaram e mapearam no tempo e no espaço alguns dos principais complexos arqueológicos (tradições), sobretudo cerâmicos, presentes no território brasileiro (Symanski, 2009). Segundo Silva e Noelli (2016), o principal objetivo do PRONAPA era estabelecer tipologias artefatuais e produzir cronogramas de distribuição de conjuntos arqueológicos (tradições e fases) visando compreender o passado pré-colonial.

Os pesquisadores "pronapianos" se aprofundaram na descrição e comparação detalhada de fragmentos cerâmicos, conforme o chamado método Ford (Sallum e Noelli, 2022). Esse método combinava aportes teóricos do evolucionismo cultural e sugeria a análise dos dados quantitativos das tipologias através de cálculos percentuais, permitindo assim, a identificação de padrões interpretativos como os processos evolutivos (Hilbert, 2007).

Esses arqueólogos valiam-se de princípios teóricos e metodológicos da arqueologia histórico-cultural, que eram aplicados tanto aos sítios pré-coloniais quanto aos sítios históricos, associando-os a populações específicas, como os Tupis. O uso desses princípios na arqueologia histórica levou a um enfoque na construção de tipologias cerâmicas, que deveriam ser inseridas em fases e tradições históricas. Durante as décadas de 1960 e 1970, os trabalhos no campo da Arqueologia Histórica seguiam a abordagem histórico-culturalista, com ênfase na identificação e delimitação espaço-temporal de conjuntos de artefatos (Symanski, 2009).

No desfecho da década de 1960, começaram a surgir trabalhos voltados para a temática de aculturação, onde os pesquisadores estudam o processo de adoção das técnicas e materiais europeus pelos povos indígenas. A aculturação foi acompanhada das noções de perda cultural e intrusão, geralmente não explicados teoricamente. É possível destacar, conforme afirmado por Sallum e Noelli (2022), que os pesquisadores são influenciados pela fórmula do

antropólogo Arthur Ramos, de 1937. A fórmula sugere uma tendência de perceber a cultura mais avançada suplantando a considerada menos avançada.

No período compreendido entre as décadas de 1970 e 1980, a disciplina ampliou seus objetos de estudo, como a sua inclusão nos projetos de restauro de monumentos históricos, e um foco na história dos grupos marginalizados pela sociedade, através dos estudos de quilombos e aldeamentos indígenas pós colonização. De acordo com Symanski (2009), nas últimas décadas, juntamente com a continuação de trabalhos de caráter descritivo, desenvolveram-se novas abordagens, pautadas em perspectivas críticas e simbólicas, as quais estavam preocupadas com temáticas como comportamento de consumo, relações de poder, gênero, construção de identidade e o papel das paisagens.

A partir de 1990, Costa (2010) afirma que a Arqueologia Histórica brasileira teve um contínuo crescimento vertiginoso, focando no estabelecimento do capitalismo em diversas regiões do país, em manifestações de consumo práticas e ideológicas, nas relações entre paisagem e poder e nos estudos sobre identidades e encontros culturais. Conforme mencionado por Sallum e Noelli (2022), a Arqueologia Histórica avançou com ambição teórica, especialmente desenvolvendo pesquisas no campo da diáspora africana, trazendo assim para a arqueologia brasileira temas debatidos há décadas nas ciências humanas. A abordagem pós-processual ganhou uma formidável popularidade na Arqueologia Histórica brasileira durante a década de 1990, mais especificamente entre os mestres em arqueologia que obtiveram o título durante o período (Symanski, 2009).

Vale ressaltar que, apesar de ser uma perspectiva bastante eurocentrada, muitos autores associam a Arqueologia Histórica e suas abordagens como Arqueologias do Capitalismo. Orser Jr (1992) conceitua a Arqueologia Histórica como sendo essa parceria na sociedade moderna, capitalista ou protocapitalista, abrangendo o que se designa por Arqueologia Colonial e Pós Colonial. Tocando em problemas cadentes, através da cultura material associada aos grupos subalternos, sejam indígenas, negros, imigrantes ou trabalhadores em sociedades de classe.

Little (2014) argumenta que o capitalismo não deve ser considerado como um conceito “monolítico”, mas sim como algo influenciável por uma série de fatores, como as diferenças regionais nas culturas indígenas, as contingências históricas e os contextos ecológicos. Ela afirma que a compreensão do mundo moderno, que é muito diversificado,

requer uma abordagem comparativa, levando em consideração todas essas influências variadas.

A autora ainda aponta que a Arqueologia Histórica trata tanto dos povos “com história”(destaca a história dos europeus em relação a de outros povos), os quais são os que comumente têm escrito histórias sobre o passado, quanto os povos “sem história”, os quais foram frequentemente excluídos dessas histórias. A autora afirma ainda que considerar o ponto de vista desses povos anteriormente excluídos é crucial para construir uma Arqueologia mais completa além de acrescentar mais vozes à nossa percepção do passado.

2.3 Contribuições da Arqueologia na História dos Povos Indígenas

Tomando em consideração esse panorama, é perceptível que a Arqueologia não é apenas uma simples busca pelos aspectos do passado, pois, atrás do conhecimento obtido através dela está a cultura e a consciência de um povo. Lima (1993) afirma que os arqueólogos históricos têm em mãos uma potente ferramenta, com um considerável poder transformador, na medida que ela é capaz não apenas de garantir uma proteção legal aos patrimônios históricos, como também a possibilidade de gerar novos conhecimentos que as fontes escritas, por si só não permitem produzir. Para mais, sua atuação pode ainda ser expandida passando a observar a evolução das sociedades, analisar a configuração atual e trajetória futura, levantando sempre questões sociais e politicamente relevantes.

A partir da dedicação à temática da expansão mercantilista e ao colonialismo europeu, a Arqueologia Histórica vem buscando compreender a relação entre as formas de dominação europeia e a resistência indígena a essa dominação. “Essas pesquisas destacam a complexidade dos processos de continuidade e transformação das identidades e dos modos de vida dos povos indígenas” (Lightfoot, 1995 apud Silva e Noelli, 2016, p. 6).

Os Arqueólogos Históricos estão empenhados em construir narrativas inclusivas e não eurocêntricas sobre as histórias indígenas e o processo colonialista nas Américas. Sob esta ótica, a Arqueologia possibilita a reconstrução de processos históricos que se estendem ao longo do tempo e ocorrem de maneira gradual e contínua, representados por meio de “expansão populacional, territorialização, continuidade, mudança, abandono, ruptura e migração, resultando em uma história cultural dos povos indígenas” (Bespalez, 2009, p. 13)

As novas pesquisas vêm salientando a importância dos relatos dos povos indígenas presentes, para a compreensão de suas dinâmicas culturais frente ao neocolonialismo

(processo de dominação política e econômica das nações capitalistas) e a expansão capitalista (Silva e Noelli, 2016). Para Corrêa (2013) a Arqueologia enquanto história indígena implica na utilização de aportes de outras áreas do conhecimento como a linguística histórica, antropologia, etnografia e a etnohistória de modo a permitir a elaboração de hipóteses e modelamentos sobre origens, rotas de expansão/migração, continuidade e mudança.

Ou seja, “a relação entre as diferentes fontes é feita buscando ressaltar uma história indígena onde não há rupturas, mas continuidades, transições e transformações culturais, desde o período pré-colonial até hoje” (Lightfoot 1995; Silliman 2001, 2005, 2009 apud Silva e Noelli, 2016, p. 6). As temporalidades históricas constatadas por Fernand Braudel (curta, média e longa duração) tornaram-se aportes para os arqueólogos construir histórias indígenas de longa duração.

O conceito da *Longue Durée* foi desenvolvido por Braudel em seu trabalho *La Méditerranée et le Monde Méditerranéen à l'Époque de Philippe II*, publicado em 1949. O pesquisador enfatizou que a história não deve ser entendida apenas a partir de eventos específicos e períodos curtos de tempo, mas sim através de estruturas de longo prazo, responsáveis pela evolução histórica de uma sociedade. Braudel (1965), argumenta que a história é naturalmente voltada para a observação de processos de longo prazo e que a longa duração é uma linha útil para a reflexão comum entre as ciências sociais. Esse conceito se tornou muito influente nas ciências humanas e sociais, como é o caso da Arqueologia, onde as pesquisas se concentram nessas estruturas de longo prazo que moldaram os eventos históricos.

Apesar de que os pesquisadores possam pensar em diferentes escalas de tempo, como a longa duração, é importante enfatizar que todos esses conceitos estão interligados, visto que, o tempo é uma conjuntura da mente humana. Braudel (1965) afirma que os conceitos de longa duração, conjuntura e acontecimento encaixam-se sem dificuldade, pois todos se medem por uma mesma escala. Ou seja, longa duração não se refere apenas a longas cronologias, mas envolve levar em consideração as outras dimensões temporais, para assim obter-se uma compreensão mais completa da história (Kater e Lopes, 2021).

Braudel ainda argumenta que a história é um conjunto de perspectivas e o erro das ciências, na sua opinião, seria escolher apenas uma dessas histórias e excluir todas as outras:

A história é a soma de todas as histórias possíveis — uma coleção de mistérios e de pontos de vista, de ontem, de hoje, de amanhã. O único erro, a

meu ver, seria escolher uma destas histórias com a exclusão das outras. Este foi, este seria o erro historizante. Não será cômodo, sabemos, convencer disso todos os historiadores e, menos ainda, as ciências sociais, obstinadas em nos levar à história tal como ela era no passado (Braudel, 1965, p. 272).

Silliman (2019), a respeito disso, argumenta que em se tratando da história dos povos indígenas, e de como eles foram afetados pela colonização, não se deve focar apenas em longos períodos de tempo, mas sim também observar o que aconteceu em períodos curtos e entender que as mudanças não foram apenas drásticas ou mínimas. É preciso haver um equilíbrio na interpretação, para compreender como a colonização afetou os povos indígenas ao longo do tempo, reconhecendo tanto seus impactos reais quanto a continuidade de suas culturas.

Os arqueólogos se orgulham de suas habilidades em rastrear mudanças e continuidades culturais através do longo prazo. Essas profundidades temporais extensivas marcam, de fato, uma das contribuições chave da arqueologia ao inquérito histórico e a ciência social (Silliman, 2019, p. 164).

Essa abordagem permite que os pesquisadores compreendam as sociedades indígenas em contextos históricos mais profundos, o que auxilia no entendimento de como esses povos evoluíram e se adaptaram às mudanças às quais foram submetidas, reconhecendo assim a capacidade de resistência e resiliência dos indígenas diante das transformações acarretadas pela colonização.

3. CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA E SOCIAL

O apagamento dos povos indígenas que repercutiu na agenda de pesquisas da Arqueologia Histórica, se deve a uma série de contextos históricos, sociais e políticos. Como foi exposto por Valadares (2023), o processo de apagamento não ocorreu de forma imediata, mas na medida em que conquista dos territórios tradicionais se efetivou, conduzida principalmente pela catequese da igreja católica e pela incorporação dos indígenas ao sistema colonial. As Políticas Pombalinas e a Política Indigenista do Império moldaram a ausência dos povos indígenas, acarretando a sua exclusão dos anais da história acadêmica e da própria sociedade.

3.1 As Políticas Pombalinas

Em meados do século XVIII um conjunto de medidas foram implementadas pelo Marquês de Pombal, também conhecido como Sebastião José de Carvalho e Melo, um dos mais influentes primeiro-ministro de Portugal no século XVIII. As reformas efetuadas por Pombal tinham o objetivo de remodelar e centralizar o poder do Estado Português na metrópole e nas colônias, desenvolvendo assim a economia e o país. A política pombalina atribuiu uma grande importância aos povos indígenas, considerando que, durante esse período, os índios eram disputados pelas monarquias europeias devido a sua condição de súditos. Como é exposto por Corrêa (2012), para a Coroa portuguesa, os aldeamentos e a conversão dos índios em súditos cristãos correspondiam aos seus interesses na medida em que serviam para garantir a defesa do território e expandir as fronteiras do Império colonial.

Com o auxílio dos povos indígenas, Pombal alcançaria seu objetivo que segundo Almeida (2010) seria a expansão e a garantia das fronteiras portuguesas, certificando assim o fortalecimento do reino português através de um controle mais rigoroso de sua colônia. Para isso, foram elaboradas diversas medidas em relação aos indígenas. A legislação conhecida como Diretório dos Índios ou Diretório Pombalino manteve, em linhas gerais, as diretrizes básicas das legislações anteriores, como a divisão dos índios nas categorias “mansos” e “selvagens” e a obrigação de trabalhos compulsórios para os aldeados. A principal mudança do Diretório foi a proposta assimilacionista, onde foram implementadas novas medidas, como

é o caso da proibição dos costumes indígenas e o forte incentivo à miscigenação. De acordo com Corrêa (2012):

Dessa maneira, ao longo de seus parágrafos, fica patente que uma das intenções básicas do Diretório era a integração dos índios à sociedade colonial portuguesa a partir da assimilação de determinados padrões culturais e comportamentais. Isso se daria não apenas através do acesso dos indígenas a todos os cargos e honrarias, como pela obrigatoriedade de assumir sobrenomes portugueses e de habitar casas ao estilo português (Corrêa, 2012, p. 67).

Vale ressaltar que, segundo o mesmo autor, o Diretório “não nasceu pronto,” foi construído e aplicado mediante as circunstâncias, aos acontecimentos e aos interesses envolvidos (muitas vezes os interesses indígenas). Além do diretório, outras leis foram estabelecidas para os indígenas, é o caso da Lei da Liberdade (1755) a qual proibia a escravidão indígena e a Lei do Casamento (1755) que incentivava a mestiçagem, beneficiando todo aquele que se casasse com um nativo.

Outra modificação feita por Pombal foi a transformação das aldeias missionárias em vilas portuguesas (processo que se estendeu pelo século XIX), corroborando com a política assimilacionista como é indicado por Corrêa (2012):

[...]Diversas medidas previstas davam o tom dessa política notadamente assimilacionista: o fim das restrições impostas aos indígenas; a equiparação dos índios aos demais súditos do rei; o incentivo aos casamentos mistos; o estímulo ao convívio entre índios e colonos no interior das povoações; a conversão das aldeias em vilas segundo os moldes portugueses; a imposição da língua portuguesa em detrimento da língua geral ou dos idiomas indígenas; e mesmo a criação de escolas a fim de enquadrar os índios aos padrões comportamentais caros à sociedade portuguesa. Havia, portanto, uma clara intenção de propiciar a homogeneização cultural e de assimilar os indígenas de modo que, em um futuro não muito distante, a integração dos mesmos chegasse a um nível que não seria mais possível distinguir índios e brancos (Corrêa, 2012, p. 70).

Avaliar o sucesso da política indigenista de Pombal é complexo, visto que ela se baseava na ideia de transformar os indígenas em cidadãos civilizados da colônia, não havendo assim mais distinção entre índios e portugueses. Entretanto, Almeida (2010) destacou que a abordagem de Pombal acabou por manter as diferenças em três níveis distintos: 1) entre os próprios índios habitantes das aldeias; 2) entre índios bravos dos sertões e índios mansos das aldeias; 3) entre índios e não índios.

Não é possível negar plenamente o êxito da política indigenista de Pombal. Enquanto alguns objetivos, como a expansão do domínio português, foram cumpridos, a assimilação dos povos indígenas variou consideravelmente. Na historiografia atual é perceptível que os

indígenas reagiram de maneiras diversas diante das várias formas de implementação das políticas para eles traçadas (Almeida, 2013). Entretanto, é importante ressaltar que as mudanças introduzidas por Pombal representaram o primeiro passo para a política assimilacionista que se intensificaria no decurso do século XIX (Almeida, 2010).

3.2 A Política Indigenista do Império

Com a proclamação da Independência em 1822, e a formação do novo Império, os políticos do Brasil sentiram a necessidade de construir uma nação aos moldes da modernização europeia, ou seja, uma nação branca e sem pluralidade étnica. Entretanto, eles se deparam com uma questão: “como construir uma nação e uma história de brancos em um território repleto de diversas populações indígenas e negros?” (Almeida, 2010, p.134) A proposta predominante era a incorporação dos povos indígenas ao Império como cidadãos civilizados. Segundo Almeida (2013), a incorporação dos indígenas objetivava tê-los como parte integrante do novo Estado na condição de trabalhadores eficientes. Visto isso, cabia aos intelectuais e políticos a missão de homogeneizar a população, retomando a política assimilacionista proposta por Pombal em meados do século XVIII.

A dificuldade encontrada foi: como transformar os indígenas em cidadãos civilizados? Afinal, como elencado por Almeida (2010), os índios ocupavam terras, ameaçavam colonos, recusavam-se ao trabalho e lutavam para conservar suas aldeias. Diante desses desafios, tornou-se crucial a constituição de uma imagem do Índio que condiz com a nova nação. Para atingir o objetivo, foram tomadas duas frentes de ação, no âmbito político, a proposta assimilacionista seria mantida, já no aspecto ideológico, debatia-se a viabilidade de tornar o índio o símbolo nacional. Foi por meio da idealização da figura dos índios do passado que se fundamentou o plano ideológico (Almeida, 2010). Vale ressaltar que, apesar de ter sido extinto pela Carta Régia de 1798, o Diretório dos Índios continuava a servir de parâmetro para a política indigenista do Império.

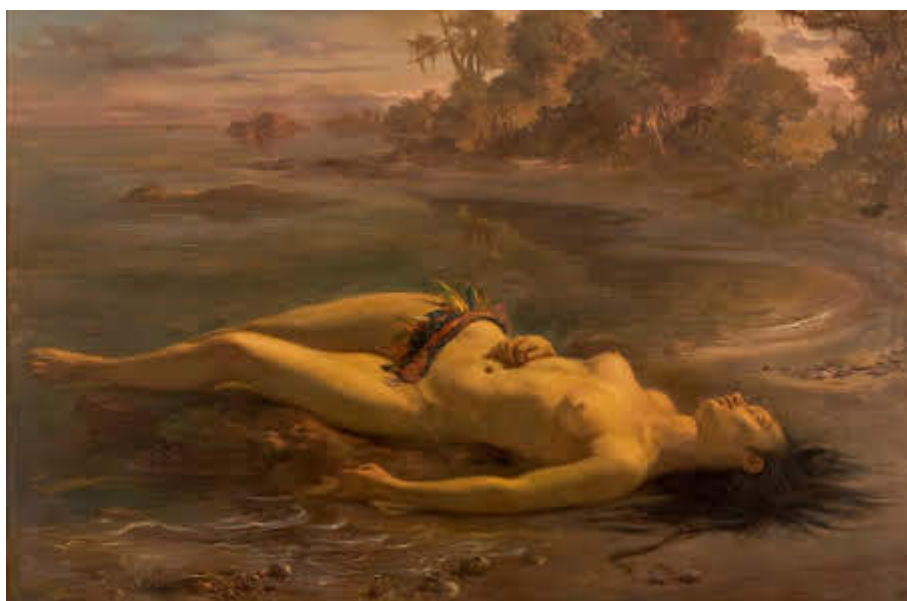
O processo de homogeneização ocorreu predominantemente através dos meios de comunicação e pelo discurso. Durante esse período, discursos e obras políticas, literárias, históricas, científicas e artísticas foram caracterizadas pela romantização dos índios do passado, ao mesmo tempo em que ignoravam ou demonizavam os grupos indígenas ainda existentes no território brasileiro (Almeida, 2012). É mencionado por Almeida (2010), que nesses discursos estavam presentes três imagens dos indígenas: os idealizados do passado, os bárbaros dos sertões e os degradados das aldeias coloniais.

Nessa época instaurou-se a primeira fase do Romantismo no país, cujas suas principais características eram justamente o nacionalismo e o indianismo. Um dos escritores mais renomados desse movimento é José de Alencar, autor de obras literárias que retratam a figura do indígena de uma maneira bastante distante da realidade da época. Nestas obras, os indígenas são representados sem qualquer atitude de rebeldia ou confronto, aparecendo apenas como aliados dos portugueses, aos quais dedicam devoção e lealdade (Almeida, 2010).

A evidência disso é clara no personagem Peri, do romance “O Guarani”, onde o tema central é a miscigenação do índio perante a cultura do homem branco. Além disso, nessa mesma obra, os índios que habitavam os sertões foram representados como os Aimorés, uma tribo violenta que devorava seus inimigos. Já no romance Ubirajara, o protagonista é um “índio puro” que ainda não foi corrompido pela cultura europeia. A obra foca em reconstruir a imagem do índio segundo os moldes do ideal da nação, resgatando valores como bravura e lealdade.

Mas para além da literatura, o campo das artes visuais também traziam as figuras dos indígenas romantizados, como é o caso da pintura a óleo Moema (Figura 1) obra de Victor Meirelles que retrata a personagem de mesmo nome do poema Caramuru de Santa Rita Durão, poema o qual representa o índio puro.

Figura 1: Moema de Victor Meirelles, 1866



Fonte: Google Arts & Culture

As obras anteriormente citadas, e outros como *Iracema*, *I-Juca-Pirama* são bons exemplos de produções da época. Onde os personagens são visivelmente idealizados, de acordo com o contexto histórico do período, conforme relatado por Almeida (2013):

Os intelectuais e artistas por elas responsáveis não viviam, absolutamente, alheios às discussões políticas e sociais sobre os índios. Na maioria das vezes, envolviam-se nelas diretamente pelas funções políticas exercidas e quando não o faziam, suas obras, de um modo geral, influenciavam e eram influenciadas pelas realidades que vivenciavam. Os intelectuais responsáveis pela construção das imagens sobre os índios, bem como os viajantes, cujas descrições contribuíam para reforçá-las, comungavam, grosso modo, com as ideias de assimilar os índios e transformá-los em eficientes cidadãos do novo Império. Seus discursos e representações eram coerentes com a política indigenista do século XIX (Almeida, 2012, p.28-29).

Adicionalmente, para estudar os indígenas, os intelectuais criaram, no final da década de 1840, uma seção de etnografia e arqueologia no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), tendo em vista o objetivo de buscar as origens do homem americano para enaltecê-lo, de forma a construir uma imagem positiva dos antepassados. Vale ressaltar que, os políticos e intelectuais (principalmente os presentes no instituto) enxergavam os indígenas como inferiores, e decadentes, cujo destino era o desaparecimento, como é o caso dos pesquisadores Karl Philipp von Martius (1907, 1905, 1844) e Francisco Adolfo de Varnhagen (1841, 1851, 1877).

Martius foi um importante botânico alemão, que focou suas pesquisas na flora brasileira, além da relação dos nativos indígenas com a natureza. Para o pesquisador, as populações indígenas eram degeneradas, ou seja, eram o testemunho da estagnação de uma raça, que estampava os sinais de uma involução. Seu corpo seria um fóssil vivo, uma superfície calcinada, macerada pela degeneração. Varnhagen foi um dos primeiros historiadores a estudar a história do Brasil, para ele os indígenas são “essas gentes vagabundas que, guerreando sempre, povoaram o terreno que hoje é do Brasil, eram pela maior parte verdadeiras emanções de uma só raça, ou grande nação; isto é, procediam de uma origem comum, e falavam dialetos da mesma língua” (Noelli e Ferreira, 2007, p. 1245).

Durante a construção da identidade da nação, o IHGB lançou um prêmio para a obra que melhor indicasse as linhas mestras para uma história do Brasil, Martius, o ganhador do prêmio, em sua proposta vincula o desenvolvimento do país ao aperfeiçoamento das três raças, cada qual com características e papel próprio: o branco como o agente civilizador, que auxiliaria o índio a resgatar a sua dignidade original através da civilização, e o negro era visto como um empecilho ao progresso. Em contrapartida, Varnhagen não via nos indígenas

nenhuma virtude e não comungava a concepção de torná-lo símbolo nacional, além disso, ele afirmava a bestialidade dos indígenas e que só poderiam ser agregados a sociedade imperial através da guerra e do extermínio (Almeida, 2010).

Desde a vinda da família real para o Brasil, o Rio de Janeiro, até então capital do Império, teve um desenvolvimento impulsionado pela presença da corte. Isso resultou no aumento populacional e no crescimento da busca por terras, o que afetou tanto os índios aldeados quanto os dos sertões. Segundo Cunha (1992), pode se dizer que a questão indígena deixou de ser essencialmente uma questão de mão-de-obra para se tornar uma questão de terras.

Na teoria, o objetivo do novo Império era integrar os indígenas como cidadãos, a partir dos ideais europeus, não cabendo as ideias e costumes dos índios, nem vida em comunidade. Na prática, como afirma Almeida (2010), o intuito real era extinguir as aldeias, mas de acordo com a lei e respeitando-se os direitos indígenas, enquanto eles fossem consideradas como tais. Devido a isso, foram intensificadas as investidas do Império, das câmaras municipais e dos moradores para apropriar-se das terras das aldeias, porém os indígenas insistiam em preservá-las, Almeida (2013) argumenta que:

Essas reivindicações, deve-se lembrar, baseavam-se na afirmação da identidade indígena. Ser ou não ser considerado índio implicava, como visto, ganhar ou perder direitos, sobretudo à terra coletiva, razão pela qual as controvérsias e disputas em torno das classificações étnicas iriam se tornar muito mais acentuadas ao longo do século XIX. [...] Essas controvérsias envolviam direitos, pois o fato de ser índio permitia manter as terras coletivas e o patrimônio das aldeias, ao passo que ser mestiço significava perdê-los. Os argumentos dos atores para garantir ou negar direitos aos índios faziam-se, cada vez mais, em torno das classificações étnicas. Para justificar a extinção das aldeias, construiu-se o discurso da mistura e do desaparecimento dos índios (Almeida, 2012, p. 31-32).

A ideia do desaparecimento dos indígenas devido a assimilação se tornou um forte argumento, como afirmado por Ana Paula da Silva (2016), utilizado, por um lado, para catequizá-los e civilizá-los, e por outro para justificar as expulsões e a vendas de seus territórios, além de estimular inúmeras violências. Esse pensamento foi difundido por todo o século através da historiografia tradicional, e pelas idealizações românticas. A proposta assimilacionista divulgada por esses meios comunicativos visava ressaltar as vantagens que se tornar um cidadão do Império daria aos índios, integrando-os por meios brandos e persuasivos, como foi recomendado por José Bonifácio. Contudo, na prática ainda divididos entre mansos e bravos, os índios teriam que optar entre a civilização ou extermínio.

Segundo Almeida (2010) nessa época, assiste-se a confrontos entre índios, os moradores e as câmaras municipais que pretendiam extinguir as aldeias e apoderar-se de suas terras, Cunha (1992), afirma que essa corrida às terras das aldeias se arrasta até às vésperas da República. O decreto 426 de 24/7/1845 também conhecido como o “Regulamento das Missões” tinha como objetivo estabelecer diretrizes para a administração e o funcionamento das Missões, ainda de acordo com Cunha (1992) esse decreto só corroborou com o processo em curso, prevendo a remoção e a reunião de aldeias, aforamentos e arrendamentos.

Conforme Almeida (2013), começam a circular correspondências oficiais entre autoridades do governo central, das províncias e dos municípios, o conteúdo desses documentos insistiam na decadência, miserabilidade e diminuição dos índios e suas aldeias:

Em 1850, carta circular aos Presidentes de Província ordenava-lhes o envio de informações sobre os aldeamentos dos índios, declarando as alterações que tenham tido tanto a respeito da população como dos ramos da agricultura, indústria e comércio a que se dedicam com designação das causas que concorrem para a decadência dos mesmos aldeamentos, os meios para as remover, bem como os que parecerem próprios para chamar os selvagens a vida social... (Almeida, 2013, p. 33).

Esses documentos são indicadores do interesse do Estado em conseguir informações que justificassem a extinção das aldeias, mas de acordo com a lei, o que implica na afirmação do desaparecimento dos povos indígenas.

O Ceará é a primeira província a negar a existência de índios identificáveis nas aldeias e a querer se apoderar das suas terras (21/10/1850). Durante cerca de quinze anos, extinguem-se vários aldeamentos no Ceará, em Pernambuco, na Paraíba. Extingue-se a própria Diretoria Geral de índios de Sergipe (6/4/1853), por alegada ausência de quaisquer índios, menos de dez anos após ter sido nomeado um diretor geral para todas as aldeias da província (18/3/1844) !« Em 1854, quando o governo central exige um arrolamento dos índios e do patrimônio das aldeias (Alvará de 18/12/1854), está em pleno curso o processo de sua extinção (Cunha, 1992, p.145).

Almeida (2013) afirma que a aldeia de São Lourenço, a primeira estabelecida no Rio de Janeiro, foi extinta em 1866:

Alegavam a importância desses rendimentos para cobrir despesas da cidade, cujos recursos eram escassos, e que os “indígenas com o andar dos tempos, têm desaparecido, e mesmo os muito poucos que existem, não são puros”.²⁰ Em outubro de 1865 foi dada autorização para que o Presidente da Província extinguisse a aldeia, sob a alegação de “que os poucos índios ali existentes com esta denominação se acham nas circunstâncias de entrarem no gozo dos direitos comuns a todos os brasileiros...” [...] O Aviso declarou, portanto, o desaparecimento não só da aldeia, mas também dos índios, que apesar de terem sua presença ali reconhecida, ao reivindicarem direitos um ano depois, eram declarados inexistentes pelas autoridades locais (Almeida, 2013, p. 34).

No processo de extinção das antigas aldeias coloniais envolveu, ocorrido em diferentes regiões, o apagamento das identidades indígenas por várias autoridades e moradores (Almeida, 2010). As aldeias acabaram extintas, e com a proclamação da República, e a Constituição de 1891 confirmou essa situação, “atribuindo aos estados as terras que eram das províncias. Trata-se no entanto especificamente das terras das aldeias extintas e não das terras das aldeias em geral. Estas jamais foram declaradas devolutas” (Cunha, 1992, p. 146).

Destaca-se na atual discussão sobre os direitos territoriais indígenas o conceito de marco temporal, estabelecido na promulgação da Constituição Federal de 1988. Trata-se de um critério utilizado para definir a legitimidade da ocupação tradicional indígena sobre as terras, limitando os direitos territoriais aos povos indígenas, que estavam ocupando tradicionalmente as terras até essa data específica. Contudo, a aplicação do marco temporal tem sido alvo de muitas críticas, pois muitos argumentam que ele desconsidera a história de ocupação ancestral e as perdas territoriais enfrentadas pelos povos indígenas ao longo dos séculos, ou seja, não contempla devidamente a extensão da história e das relações dos povos indígenas com suas terras ao longo do tempo.

Apesar dos discursos construídos especificamente para remover o protagonismo dos povos indígenas nos processos históricos, essas visões foram sendo substituídas, e os índios aos poucos ganharam visibilidade e protagonismo a partir dos séculos XX e XXI.

3.3. O Colonialismo e a Invisibilidade Indígena na Arqueologia Histórica

Silliman (2019), discute que, embora o período colonial seja considerado a base da Arqueologia Histórica por muitos pesquisadores, há uma tendência entre alguns deles de focar nos mais variados aspectos desse período, negligenciando, porém, os povos indígenas. Esses povos mantiveram sua existência para além da suposta ruptura marcada pela chegada dos colonizadores e pelas fontes escritas, aspecto esse que é frequentemente subestimado nos estudos arqueológicos concentrados no período colonial. O mesmo autor também reitera que, muitos pesquisadores enxergam a colonização apenas como um evento de origens e significados históricos ao invés de olhar para o colonialismo real como um processo longo com manifestações presentes até hoje.

Por ‘colonialismo’ entendemos não somente o governo e a exploração direta dos territórios nativos e de seus habitantes (Bohmer, 1995), não apenas a conquista militar, política e econômica, mas também a dimensão propriamente cultural ou científica do colonialismo, aquela que justificou as

missões civilizadoras, isto é, as narrativas ou representações, arqueológicas ou não, que colocaram as sociedades indígenas em posição de inferioridade cultural, classificando-as como bárbaras, primitivas e, como no caso aqui analisado, degeneradas (Noelli e Ferreira, 2007, p. 1241).

É muito comum a confusão entre os termos “colonização” e “colonialismo”, o que implica em uma simplificação excessiva dos processos históricos complexos. É de grande importância reconhecer que a colonização é um evento específico de ocupação, o ato físico de estabelecer assentamentos em territórios estrangeiros, envolvendo a migração, ocupação e estabelecimento de pessoas em áreas anteriormente ocupadas por outros povos. Enquanto que o colonialismo trata-se de um sistema amplo e complexo de dominação e exploração. Indo além da ocupação física, ele abrange as estruturas de poder, controle político, econômico, social e cultural determinadas pelos colonizadores. O colonialismo implica na exploração dos recursos, a imposição de leis e sistemas governamentais, além de frequentemente envolver a determinação da cultura e dos valores dos colonizadores sobre os colonizados.

Vale ressaltar que, o colonialismo mesmo em contextos pós-colonização ainda é uma realidade. Tal vigência tem sido conceituada como “colonialismo interno” (Noelli e Ferreira, 2007). Ele ocorre quando, dentro de uma fronteira nacional, elites locais entronizadas no Estado e em seus aparelhos imaginam e desencadeiam projetos de colonização e conquista dos nativos e da geografia; ocorre quando essas elites, “valendo-se dos aparatos da ciência, asseguram uma hierarquia interna baseada no governo racial” (Goldberg, 1999 apud Noelli e Ferreira, 2007, p. 1241).

O colonialismo acaba por transcender a colonização tendo impactos significativos nas diversas esferas da sociedade, como por exemplo, a Arqueologia brasileira que por muito tempo defendeu o patrimônio cultural do “colonizador”, não se envolvendo em discussões relacionadas às comunidades marginalizadas, ou seja, os “colonizados”. Além disso, os arqueólogos, antropólogos, historiadores e demais cientistas, sempre usaram de seus conhecimentos e métodos de suas próprias culturas ocidentais para analisar e entender o cotidiano e o patrimônio dos povos indígenas conforme relatado por Atalay (2006):

Até recentemente, esse era quase sempre o caso da pesquisa arqueológica, que continuava a ser conduzida usando uma perspectiva ocidental para interpretar, escrever e ensinar o passado de outros, mesmo que muitos dos indivíduos estudados tivessem descendentes vivos que mantinham uma conexão cultural e tinham responsabilidade pelos ancestrais e restos mortais sob investigação arqueológica (Atalay, 2006, p. 203).

“Graças ao colonialismo dominante na Arqueologia, os indígenas praticamente desapareceram da nossa agenda de pesquisa” (Souza, 2017, p. 145). Foram décadas perdidas

por esse apagamento, onde as histórias, culturas e locais únicos dos povos indígenas foram negligenciados e subestimados. Ao invés do reconhecimento e valorização, os projetos, que mal contemplaram a presença indígena, optaram por retratar uma versão genérica e romantizada (Rubertone, 2020 apud Sallum e Noelli, 2022).

Durante décadas, estereótipos como “índios mansos” e “índios catequizados” foram difundidos, juntamente com a noção de aculturação, agravando ainda mais o apagamento e a falta de representação, além de contribuir para a generalização dos povos indígenas nos projetos de pesquisa. Sallum e Noelli (2022) salientam que esse cenário destaca a perpetuação da violência epistêmica dos colonizadores dentro do meio acadêmico.

Na historiografia, parte da documentação oficial tratava o indígena integrado como um elemento aculturado, completamente cristianizado, sem as especificidades e contraposições culturais das populações que ainda viviam em conflito nos sertões. No Espírito Santo e regiões vizinhas as populações indígenas que despertaram maior interesse foram as sociedades ainda consideradas como “primitivas”, os índios não integrados, principalmente os ditos Botocudos (Borum) que ocupavam extensa faixa de floresta entre o atual centro/norte do Espírito Santo, sul da Bahia e nordeste de Minas Gerais (EMMERICH; MONTSEERAT, 1975; PARAÍSO, 2009; SEKI, 1987). Se de um lado os índios integrados atraíam pouco interesse dos naturalistas, os não integrados eram vistos como “fósseis vivos”, exemplares dos primórdios da humanidade, e assim, passíveis de estudo científico (NOELLI; FERREIRA, 2007) (Valadares, 2023, p. 61).

A perspectiva de aculturação implicava que a cultura indígena iria extinguir-se completamente devido aos constantes contatos com outras culturas desde a época da colonização. Segundo Silliman (2019), tal perspectiva tende a priorizar acontecimentos de curto prazo em detrimento das narrativas de longa duração. Braudel ao falar da curta duração afirma que:

O tempo curto, à dimensão dos indivíduos, da vida quotidiana, de nossas ilusões, de nossas rápidas tomadas de consciência, — o tempo por excelência do cronista, do jornalista. [...] Todos compreenderão que há, assim, um tempo curto de todas as formas da vida, econômica, social, literária, institucional, religiosa, até geográfica (um golpe de vento, urna tempestade), assim como política. [...] A primeira vista, o passado é esta massa de pequenos fatos, uns bem claros, bem visíveis, outros obscuros e indefinidamente repetidos, estes mesmos dos quais a microssociologia ou a sociometria, na atualidade, fazem sua coleta diária (há também uma microhistória). Mas esta massa constitui toda a realidade, toda a espessura da história, sobre a qual pode trabalhar à vontade a reflexão científica (Braudel, 1990, p. 264-265).

Nesse trecho o autor explica que as histórias de curta duração referem-se ao tempo das experiências individuais, a vida cotidiana, e as percepções imediatas, trata-se do tempo que um cronista ou um jornalista lida, abrangendo desde a economia até eventos geográficos

(como as tempestades). Braudel observa que, à primeira vista, o passado é uma coleção de fatos, que juntos constituem uma história completa, e que essa é a matéria-prima das pesquisas científicas. Tal afirmação sugere que, a partir da análise de histórias de curta duração complementadas com perspectivas de longa duração, é possível alcançar uma história indígena completa, contudo, como já foi afirmado anteriormente, nas pesquisas científicas os arqueólogos costumam dar prioridade às histórias de curto prazo.

A partir disso, eleva-se essa concepção de mistura e esmagamento das culturas indígenas em um período curto de tempo, o que Silliman (2019) indicou como sendo a *Short Purée*:

Na perspectiva do short purée, o colonialismo serve como o ponto de inflexão mais proeminente no arco das histórias Indígenas. Em sua forma mais extrema, um modelo de “impacto fatal” propõe que as culturas e pessoas Indígenas eram fundamentalmente alteradas pela presença dos colonizadores Europeus e pelas colônias frequentemente ao ponto de se tornarem irreconhecíveis nos termos de suas formas culturais anteriores. Essa narrativa permanece entranhada na percepção geral do público Americano sobre a história dos Nativos Americanos e merece alguma atenção aqui, apesar de ter desaparecido da maioria das agendas de pesquisa arqueológica (SILLIMAN, 2019, p. 162).

Silliman (2019) ainda afirma que por priorizar os eventos de curto prazo em detrimento de narrativas históricas mais extensas, essa abordagem acaba por empobrecer a compreensão da Arqueologia. Visto que, o foco nos períodos anteriores à colonização são uma fonte valiosa de conhecimento e podendo enriquecer substancialmente a compreensão da Arqueologia Histórica.

Matthews (2007) afirma que graças ao conceito ocidental de pré-história os indígenas foram e ainda são discursivamente desarticulados dos processos históricos do colonialismo.

Eu sigo especialmente a posição do antropólogo Gerald Sider (1987, 1994), que argumenta que não existiam “índios” até que os colonizadores os “descobrissem” e os definissem no esforço de controlá-los. Em vez disso, existiam centenas de formações sociais com histórias e modos de vida únicos, que continuam a moldar a história americana no presente, apesar da sensação predominante de que o problema indígena foi resolvido. É fundamental que os arqueólogos evitem generalizar essas histórias recorrendo ao “lugar seguro” (safe place), conforme descrito por Marx e Engels (Matthews, 2007, p. 274-275).

Esse “lugar seguro” refere-se a um estado de origem, onde os indígenas estavam livres dos mecanismos corruptos da expansão europeia, responsável pela destruição gradual de sua cultura. A partir do momento em que a pré-história se tornou esse “lugar seguro,” a autonomia e contemporaneidade foram negadas aos povos indígenas, ou seja, só seria

possível pensá-los como sujeitos históricos ativos em contextos anteriores ao contato (Matthews, 2007; Souza, 2017).

Alguns pesquisadores enxergam a divisão Arqueologia Pré-história e Arqueologia Histórica como uma limitação arbitrária, que acaba por fragmentar e reduzir a compreensão da complexidade e interconexão das sociedades humanas ao longo do tempo. A divisão não necessariamente reflete as realidades sociais, culturais e tecnológicas dos grupos étnicos passados, desconsiderando sua continuidade cultural e sugerindo uma ruptura abrupta entre esses períodos, quando na realidade as mudanças culturais são eventos contínuos.

Silliman (2019) afirma que as pesquisas situam histórias indígenas dentro do colonialismo, ao invés de cruzá-las com ele, dessa forma diminuindo-as. Elas desencorajam a pesquisa arqueológica sobre histórias indígenas mais recentes, porque privilegiam reinos pré-contato como mais intocados (isto é, mais “Nativos”) e mais interessantes. Souza (2017) expõe que na Arqueologia, esses dois períodos foram claramente definidos, onde o da pré-história é voltado aos grupos indígenas que viveram em época anterior a esse advento, e o período histórico, voltado ao estudo das práticas ligadas ao Mundo Moderno. Lightfoot (1995) defende uma abordagem mais integrada entre os dois períodos para obter uma maior compreensão das mudanças culturais dos povos indígenas. Para ele, o período da pré-história e da história estão interligadas e influenciam-se mutuamente.

A Arqueologia do colonialismo e povos indígenas é uma pauta do século XXI como é indicado por Sallum e Noelli (2022). Os autores estabelecem que é preciso reconhecer a necessidade de reverter o apagamento das histórias pessoais e comunitárias, dialogar com o pensamento indígena e incorporar as contranarrativas das histórias indígenas. Atestam também que os efeitos do colonialismo e do colonialismo interno resultam em impactos negativos não apenas nas ciências, como também, e principalmente, na vida daqueles que convivem diariamente com a desigualdade e diversos assédios.

Noelli (2019), aponta uma mudança na abordagem dos estudos atuais sobre a história colonial. Ele observa que esses estudos não se restringem a histórias onde os povos indígenas são vítimas do declínio demográfico e perda cultural. Ao invés disso, eles ressaltam o papel ativo desses povos como protagonistas dinâmicos, que lutaram por autonomia ao longo do tempo. Essa nova perspectiva destaca o impacto que os movimentos indígenas tiveram nos processos históricos de longo prazo, ecoando sua influência até os dias atuais.

4. A ARQUEOLOGIA E AS HISTÓRIAS INDÍGENAS DE LONGA DURAÇÃO

4.1 As Ações Conscientes dos Povos Indígenas

Nas últimas décadas houve uma proliferação de novas organizações e movimentos indígenas em prol dos direitos históricos dos índios. Alguns exemplos são a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB), Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB), Conselho Indígena de Roraima (CIR), Conselho do Povo Terena,

Associação Wyty-Catë dos Povos Timbira, Marcha das Mulheres Indígenas (2019) e o Acampamento Terra Livre (ATL).

Essas organizações, de acordo com Monteiro (1995), vêm contribuindo para uma reformulação fundamental do modo de se pensar no futuro das sociedades indígenas no Brasil. Tal fato não se aplica apenas no meio acadêmico, mas também no legislativo como é possível ver através da constituição de 1988, a qual garante os direitos indígenas, “assegurando-lhes educação, saúde e, sobretudo, terra coletiva” (Almeida, 2013, p. 37). Esses movimentos também têm como objetivo elucidar a sociedade acerca da representação do indígena, a qual é até hoje atrelada a imagem do “índio puro”, instituída pela política indigenista do século XIX. Almeida (2010) aborda essa questão:

Importa reconhecer que os movimentos indígenas da atualidade evidenciam que falar português, participar de discussões políticas, reivindicar direitos através do sistema judiciário, enfim, participar intensamente da sociedade dos brancos e aprender seus mecanismos de funcionamento não significa deixar de ser Índio e sim a possibilidade de agir, sobreviver e defender seus direitos. São os próprios Índios de hoje que não nos permitem mais pensar em distinções rígidas entre Índios aculturados e Índios puros (Almeida, 2010, p. 20).

Cunha (1992) ressalta que a percepção de uma política e de uma consciência histórica em que os indígenas são sujeitos e não apenas vítimas, só é nova eventualmente para nós, mas para os povos indígenas, ela parece ser costumeira. As novas abordagens estão indo de acordo com ação consciente, ou o termo em inglês *Agency*, dos povos indígenas como sujeitos históricos.

A *Agency* enfatiza a ideia de que os grupos humanos são agentes ativos da narrativa histórica, os quais tomam decisões, fazem escolhas e moldam o curso dos acontecimentos. Cunha (1992), também argumenta que as sociedades indígenas pensaram o que lhes acontecia em seus próprios termos, reconstruíram uma história do mundo em que estavam inseridos e que suas decisões tinham consequências. É importante destacar que a *Agency* sempre foi uma realidade, tanto antes da colonização quanto nos tempos atuais, compreendê-la e aplicá-la é fundamental para uma compreensão mais completa da história e da experiência dos povos indígenas.

Bocara (2006) afirma que em muitos casos, a resposta ao contato não foi uma simples "aculturação" passiva, mas sim uma absorção criativa e reinterpretativa da cultura material, instituições e ideias, o que levou ao fortalecimento de sua própria identidade cultural. Os grupos indígenas colaboraram com os europeus, aprenderam novas práticas e

utilizaram as vantagens que a eles foram permitidas, para assim manter sua cultura. “Eles compreenderam, desde o primeiro momento, que era necessário fazer escolhas e tomar decisões que fossem menos deletérias para suas próprias vidas no território de vivência comum” (Maia, 2011, p. 43). Porém, tal fato não anula as perdas e a violência que ocorreram no processo de colonização, Almeida (2010) reitera que:

Não é o caso de desconsiderar a violência do processo de conquista e colonização. A mortalidade foi altíssima, inúmeras etnias foram extintas e os grupos e indivíduos que se integraram à colônia ocuparam estratos sociais mais inferiores, sofrendo preconceitos, discriminação e prejuízos incalculáveis. Apesar disso, no entanto, encontraram possibilidades de sobrevivência e souberam aproveitá-las (Almeida, 2010, p. 23).

As relações entre os indígenas e a sociedade colonial longe de ser unilaterais e baseadas unicamente na sujeição, foram marcadas, em ambos os lados, por “promessas, exigências, recuos e colaborações, tendo sido ainda profundamente condicionadas pelo contexto espaço-temporal” (Corrêa, 2012, p. 36). Vale destacar que, diferentes políticas foram impostas aos indígenas no período da colonização, muitos resistiram e outros usufruíram das novas leis para reivindicar direitos e adquirir vantagens.

As aldeias coloniais surgiram como uma forma de garantir a defesa do território e expandir as fronteiras, além de transformar os indígenas em súditos cristãos e civilizados da coroa. Contudo, para esses povos, os aldeamentos, como foi dito por Almeida (2017), constituía-se como um espaço de proteção em relação ao apresamento e ao caos do mundo colonial, garantindo ainda alguns direitos, como o acesso à terra coletiva. “Em uma situação de busca pela sobrevivência, muitos grupos indígenas se permitiram aldear, sendo de fundamental importância a participação das lideranças indígenas para a formação e a conservação dos aldeamentos” (Vieira, 2011, p. 69).

Cabe ressaltar que, nos dois primeiros séculos da colonização, existia uma grande dependência dos europeus em relação aos indígenas, a eficácia da colonização dependia das ações dos povos locais. Garcia (2007) diz que para atrair os povos indígenas, os lusitanos desenvolveram uma série de políticas, chamadas genericamente de “bom tratamento”, as quais deveriam convencê-los da superioridade dos portugueses em relação aos espanhóis. Os índios, que eram alvo destas disputas por vassalos, utilizaram aquelas políticas para satisfazer os seus próprios interesses.

A garantia de terras, cargos de importância, a não escravidão, aumento de salários e proteção, eram as aspirações dos indígenas aos aceitarem o aldeamento. Apesar de estarem

em situação de desvantagem, usavam da condição de “Índios aliados” e “Índios aldeados” para garantir essas vantagens. Uma vez aldeados, os povos nativos aprenderam a assegurar sua sobrevivência na colônia. “Eles apropriaram-se da política do Antigo Regime, baseada na troca de favores e serviços, num sistema de reciprocidade no qual os súditos serviam ao rei que, em seu papel de monarca justo e piedoso, os recompensava” (Almeida, 2017, p. 27).

Vieira (2011) declara que o sistema de aldeamento também foi fruto do interesse estratégico dos líderes indígenas em manipular, de modo consciente e em proveito próprio, o apelo à lealdade étnica para alcançar seus objetivos políticos. A autora afirma que em Pernambuco as etnias Tabajara e Potiguara se uniram aos portugueses em um jogo de lealdade, a coroa cedeu privilégios aos chefes dessas etnias, mais especificamente as famílias Arcoverde e Camarão, para que assim governassem os terços dos indígenas e suas aldeias.

É preciso reconhecer as aldeias como locais de reinterpretação cultural, onde apesar do intenso processo de mestiçagem e assimilação, as várias etnias indígenas presentes nas aldeias transformaram sua identidade étnica sem deixarem de ser indígenas. Essa modificação na cultura, na identidade e na memória coletiva desses povos serviu como uma estratégia de resistência ao regime em que se encontravam.

Além desse contexto, é fundamental reconhecer as complexas e multifacetadas interações entre os povos indígenas com outros grupos étnicos presentes no país, como por exemplo as comunidades quilombolas. Allen (2010) atesta que após a derrota do quilombo Macacos ou Angola Janga partes da região que abrigava o quilombo foram destinadas aos bandeirantes com forma de compensação por seus serviços, além disso, a região também foi utilizada para o estabelecimento de aldeamentos indígenas objetivando evitar o ressurgimento de novas comunidades quilombolas.

Segundo Allen (2013) na documentação histórica os indígenas são mencionados em contextos de hostilidade com os palmarinos apenas quando acompanhados por europeus. Indígenas nativos, africanos e afro-brasileiros escravizados partiam para o interior assim que obtinham uma oportunidade, resultando na criação de novas comunidades e identidades étnicas. O autor ainda argumenta que no estado de Alagoas, especificamente na região dos Palmares, pode ser considerada uma “zona de refúgio para diversos grupos”, interpretação essa baseada em fatos históricos e no registro arqueológico.

Vale ressaltar que, a partir da implementação das reformas Pombalinas, foi intensificado os processos de mestiçagem (entre europeus e indígenas) e assimilação, transformando as aldeias em vilas portuguesas. Porém, a tarefa de tornar as antigas aldeias coloniais em vilas foi uma tarefa simples apenas na teoria, visto que, os indígenas responderam de diversas maneiras às políticas a eles dirigidas.

Ao contrário do que se pensa, a população indígena tanto da Amazônia, onde o projeto foi implementado primeiro, quanto das demais regiões, não estavam completamente dispostos a aderir ao regime colonial. Medeiros (2011), alega que no período entre o fim das missões e a criação das vilas, surgiram rumores de levantes entre os povos indígenas. O autor exemplifica com a aldeia de Guajirú, na capitania de Rio Grande, e na Baía da Traição, na Paraíba.

Documentos de queixas acerca da falta de cooperação dos indígenas são consideravelmente presentes na historiografia. Dentre as estratégias de resistência pode-se citar as fugas temporárias e permanentes, onde os indígenas fugiam para os sertões, mas não necessariamente abandonaram o regime colonial. Outra estratégia era ficar nas aldeias/vilas e negociar ganhos e vantagens.

Em sua tese intitulada *Negotiated Settlements: Native Amazonians and Portuguese Policy in Pará*, Bárbara Sommer discorre a respeito dessas negociações. A autora afirma que a experiência colonial indígena no norte do Brasil não foi um desdobramento cultural unidirecional, mas um processo de interação e transformação no nível local. Isso fica claro considerando que conceder honras e benefícios a alguns indígenas foi uma estratégia política estabelecida pelos portugueses no século XVI. Aqueles que possuíam mais prestígio dentro das comunidades sempre foram beneficiados (Almeida, 2010). Essa política refletia a intenção de fortalecer os laços entre as comunidades indígenas e a coroa portuguesa.

A legislação pombalina ampliou consideravelmente a possibilidade dos Índios de acumularem bens materiais e adquirirem cargos e ofícios militares. Almeida (2010) ainda reitera que nessa época os indígenas deixaram de ser incluídos nas chamadas raças infectas sujeitas às limitações impostas pelos estatutos de limpeza de sangue. Com relação aos indígenas que não estão inseridos no regime colonial, os portugueses buscaram lidar com esses grupos através de negociações, além de violência, acordos e concessões.

A política assimilacionista iniciada no período pombalino se torna ainda mais acentuada no Império. No século XIX, os indígenas continuaram a reivindicar seus direitos, defender as suas terras, as aldeias e a vida comunitária, utilizando-se da legislação como base para suas reivindicações. Eles viam na figura do Imperador um aliado a quem recorrer para assegurar seus benefícios. Assim como, tiraram proveito do seu alistamento, mesmo que muitas vezes forçado, para a Guerra do Paraguai, e assim obterem direitos a terras e a recompensas.

Manter as terras das aldeias era o maior desafio para as comunidades indígenas, mas os mesmo souberam se valer de diversas situações para mantê-las, como é o caso de alianças com partidos conservadores e liberais, Almeida (2010) exemplifica a capitania de Pernambuco, onde os indígenas aliaram-se em busca de possíveis ganhos que as redes de relações locais poderiam proporcionar. Apesar de nas documentações, as aldeias serem descritas como pobres, decadentes e miseráveis, os indígenas continuaram insistindo em preservá-las.

A razão principal que os unia em torno do objetivo de manter as antigas aldeias decorria, a meu ver, do fato de elas ainda constituírem, nesse período, espaço de proteção. Ali, ainda tinham garantidos, além da terra e de seus rendimentos, a vida em comunidade. Numa ordem social rigidamente hierárquica e escravocrata, tais direitos deviam ser muito atraentes. Apesar de transformados, misturados e vivendo em aldeias pobres e decadentes como afirmam muitos relatos, os índios aldeados mantiveram-se como tais durante pelo menos mais um século após as reformas de Pombal. Lutavam (eventualmente com apoio de algumas autoridades civis e eclesiásticas), juridicamente, para manter suas aldeias contra a forte pressão que se fazia no sentido de extingui-las (Almeida, 2013, p. 32).

Para extinguir as aldeias, as autoridades do Império em suas correspondências insistiam na decadência das aldeias e no desaparecimento dos indígenas. Mas ao contrário do que esses documentos enunciaram, os indígenas continuavam existindo e reivindicando seus direitos às terras através de requerimentos e petições.

Em 1815, os índios da aldeia dos Aramaris de Inhambupe de Cima, na Bahia, encaminham uma longa representação protestando contra a espoliação das terras de sua aldeia, que ocupavam, afirmam eles, havia mais de cem anos. Em 1821 e 1822, o principal dos índios Gamela de Niana logra da Justiça do Maranhão a demarcação judicial das terras da aldeia (Arquivo do Tribunal de Justiça do Maranhão, pacote 005/TJ/1986 apud Andrade 1990). Um índio Xukuru, o capitão-mor da vila de Cimbres em Pernambuco, denuncia em 1825 os abusos cometidos aparentemente pelo diretor da aldeia e obtém uma decisão favorável do imperador (23/3/1825). E em 1825 (20/11/1828) é o capitão-mor da vila de Atalaia, em Alagoas, quem protesta contra as violências e a invasão das terras das aldeias (Cunha, 1992, p. 152).

Os povos indígenas estavam ativos na defesa de seus territórios e enfrentavam ações que consideravam injustas por parte das autoridades coloniais e imperiais. As ações incluíam protestos, petições e recorrer à Justiça para garantir a demarcação e proteção de suas terras. Outro exemplo interessante é o processo de extinção do aldeamento de Ipanema, os Carnijós também empregaram estratégias para preservar suas terras e direitos.

Durante o processo de extinção do aldeamento de Ipanema, os Carnijós utilizaram estratégias baseadas em alianças situacionais, petições e participação política, em que buscavam ações de enfrentamento e negociações por caminhos que estavam disponíveis e podiam manipular. Os Carnijós se utilizaram de petições que reivindicavam ações contra alguns diretores do aldeamento, além de terem solicitado a demissão de um deles (Dantas, 2011, p. 425).

Apesar das muitas perdas, percebe-se que por meio das ferramentas que estavam ao seu alcance, os indígenas conseguiram que muitas de suas queixas fossem ouvidas e atendidas, o que permite a conclusão de que a figura do “Índio passivo é uma construção colonial usada para favorecer a dominação e o controle sobre a população indígena” (Lopes, 2011, p. 264).

Em 1889, com a Proclamação da República, o Brasil passou por uma série de transformações que visavam a implantação do sistema político republicano, a modernização das instituições e a busca pelo desenvolvimento e modernização do país. Com esses objetivos em vista, em 1910 foi criado o Serviço de Proteção aos Índios (SPI), como parte do Indústria e Comércio (MAIC) do Brasil. Segundo Lima (2011), a criação do SPI refletiu a preocupação do governo brasileiro em proteger os indígenas e integrá-los à sociedade nacional, ao mesmo tempo em que garantia a exploração econômica das terras indígenas.

Apesar de haver relatos indicando que a SPI cometeu abusos e atos violentos contra os povos indígenas, como a remoção forçada de suas terras por exemplo, também é possível encontrar relatos de que muitos indígenas viam a SPI como uma instituição de proteção e defesa dos seus interesses.

4.2 Caminhos atuais na Arqueologia Histórica

A Arqueologia Histórica por muitas décadas deixou de reconhecer a sua influência perante as comunidades indígenas, o que resultou em uma ausência penosa das suas perspectivas e narrativas. Essa ausência acarreta problemas significativos tanto para a disciplina quanto para as comunidades indígenas viventes. Apresentando uma falta de representação, perpetuação de estereótipos e a marginalização à cultura indígena, desconexão

com o passado, além da perpetuação de narrativas históricas incompletas e a confirmação de uma limitação das abordagens interpretativas da disciplina.

É inegável que essa ausência dos povos indígenas distorce a nossa compreensão da história, além de perpetuar injustiças e desigualdades históricas. Reconhecer a ausência desses povos nas pesquisas acadêmicas da Arqueologia Histórica é um dever moral e intelectual por parte dos arqueólogos. Uma vez que, o não reconhecimento dos indígenas nas pesquisas arqueológicas é um reflexo do sistema colonial que minimizou suas contribuições históricas, à medida que a invisibilidade indígena é pautada na academia, a ciência dá um passo importante em direção à justiça social e ao respeito pela autonomia cultural desses povos.

A partir do levantamento bibliográfico realizado em maio de 2023 na Revista de Arqueologia da SAB, Revista Clio Arqueológica, Revista de Arqueologia Pública, Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia (MAE), Caderno do Lepaarq, Vestígios – Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica e nas plataformas digitais SciELO e ResearchGate, foi possível perceber um movimento gradual, ainda que discreto, no campo da pesquisa acadêmica voltada para as histórias indígenas de longa duração. Vem emergindo uma tendência para compreender a história desses povos através de uma óptica temporal mais ampla, esses novos trabalhos exploram os mais variados temas, desde estudos de práticas culturais de longo prazo até transformações sociais e econômicas ao longo do tempo.

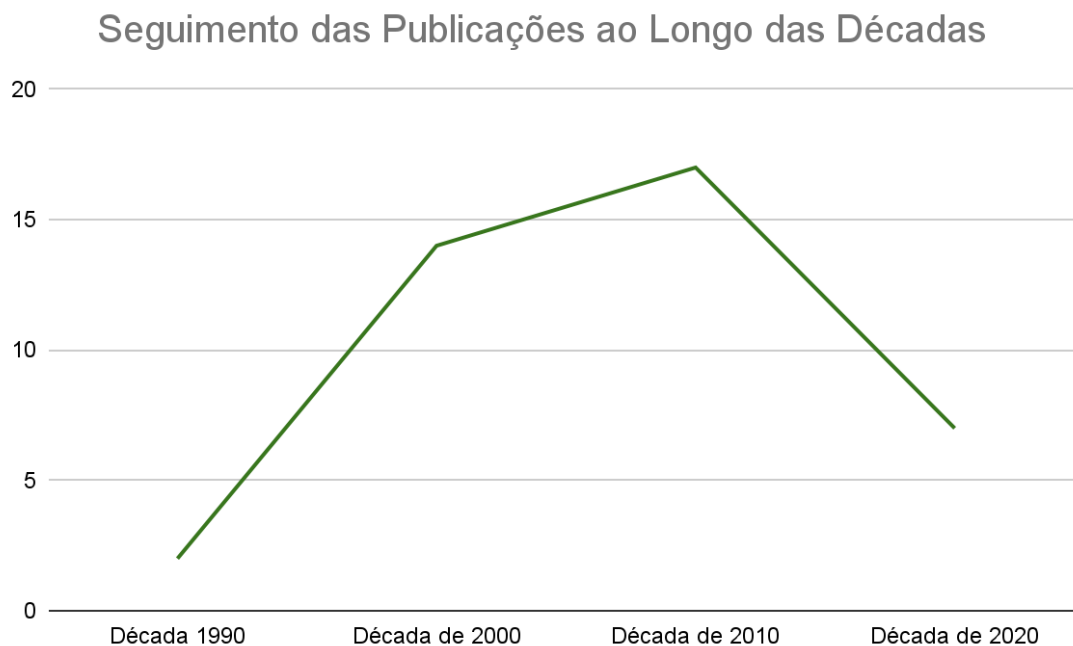


Gráfico 1: Progressão das publicações nos últimos 30 anos

Embora a quantidade de publicações ainda seja simplória, é preciso enfatizar que esses estudos demonstram um grande esforço dos arqueólogos para preencher a lacuna existente na compreensão histórica dos povos indígenas. A partir da ampliação do foco temporal, adotando a abordagem da longa duração, as publicações oferecem interpretações valiosas que contribuem para uma visão mais completa da história e da cultura indígena, desempenhando assim um papel significativo na reconfiguração do cenário historiográfico atual.

A partir da revisão bibliográfica também foi possível constatar que os indígenas das regiões Sul e Centro-Oeste, possuem um menor enfoque em comparação com a Região Sudeste, Nordeste e o Norte, especialmente na região Amazônica, que são desenvolvidos um número de trabalhos mais considerável. Há uma variedade de fatores que podem contribuir para o menor número de estudos e pesquisas sobre povos indígenas nas regiões Sul e Centro-Oeste. Primeiramente, a demografia indígena nessas regiões tende a ser relativamente menor em comparação com outras partes do país, o que pode resultar em menos atenção e recursos dedicados a essas comunidades pelos pesquisadores e instituições acadêmicas.

Segundo a Fundação Nacional dos Povos Indígenas (2023), a distribuição dos povos indígenas no Brasil é desigual, com uma concentração significativa no Norte e no Nordeste. No Norte do país, 44,48% da população indígena reside. Em seguida, o Nordeste apresenta o segundo representando 31,22% do total nacional. Por outro lado, as regiões Centro-Oeste, Sudeste e Sul têm uma presença menor de povos indígenas. No Centro-Oeste, encontramos 11,80% da população indígena. No Sudeste, essa proporção é de 7,28%. Já no Sul do país, a população indígena representa 5,20% do total. Além disso, essas regiões enfrentam desafios significativos relacionados à posse e demarcação de terras indígenas, incluindo conflitos fundiários com fazendeiros e empresas agrícolas, o que dificulta o acesso dos pesquisadores a essas áreas e limita as oportunidades de pesquisa.

Distribuição Publicações de Pesquisas por Região

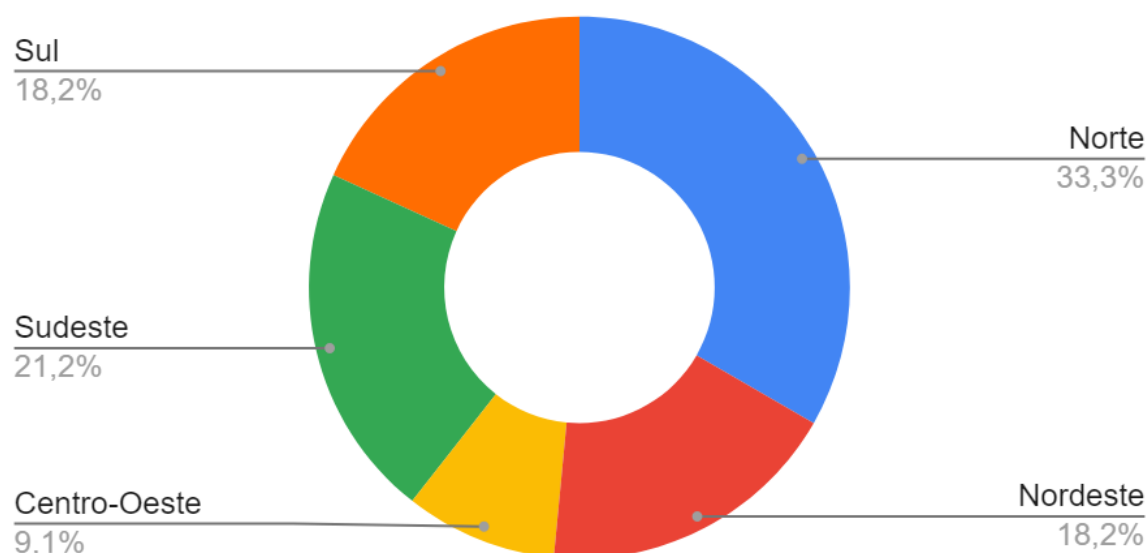


Gráfico 2: Percentual de publicações por região

Kater e Lopes (2021) enfatizam que a proposta de se escrever uma história indígena de longa duração, com sua clara filiação braudeliana, tornou-se assim recorrente, em especial, na arqueologia da Amazônia, trabalhos como os de Brochado (1984), Neves (2001), Heckenberger (1996, 2001) auxiliaram a história indígena de longa duração da Amazônia a florescer e se ramificar em distintas perspectivas.

Muitas pesquisas procuram entender e identificar marcadores de continuidade da cultura indígena através da cultura material. Desde o início do PRONAPA a cerâmica é utilizada para fornecer informações sobre as sociedades indígenas, fornecendo percepções valiosas acerca de seu cotidiano e suas relações sociais. Trabalhos como os de Schaan (2000), Noelli e Sallum (2019), Schuster et al (2020), Wai Wai e Jácome (2021), buscam através da cultura material, especialmente a cerâmica, entender e identificar marcadores de continuidade. Através do estudo das cerâmicas indígenas, essas pesquisas visam entender sobre como as sociedades indígenas se adaptaram e evoluíram ao mesmo tempo em que mantinham aspectos importantes de sua identidade cultural.

Schaan (2000) afirma que a partir das análises dos vestígios cerâmicos encontrados, foi possível identificar mudanças significativas dentro de um mesmo sistema de produção, que sugere que não havia dois sistemas distintos de produção cerâmica no sítio, mas sim uma continuidade da cultura Marajoara. Wai Wai e Jácome (2021), apresentam algumas reflexões sobre as transformações e continuidades técnicas do modo de fazer cerâmica das oleiras da etnia WaiWai, os autores estudaram a transformação das técnicas ao longo do tempo, desde os anos 1940 (século XX) até os dias atuais. Eles afirmam que não houve uma ruptura, um “abandono” abrupto da produção cerâmica, mas sim um processo geracional, no qual as mulheres mais velhas ficaram com o conhecimento guardado, à medida que esse ele não era mais necessário. Outras pesquisas como Wai Wai (2017), Jácome (2017) e Jácome e Wai Wai (2020) também trabalham essa região a partir de uma perspectiva de longa duração.

Noelli e Sallum (2019), constataram a presença Tupiniquim na construção da sociedade colonial de São Paulo. Os autores afirmam que a relação entre os Tupiniquim e os portugueses trouxe novidades para ambos em diversos campos do conhecimento, das práticas e da política. Os dados obtidos na pesquisa sugerem que a cerâmica paulista surgiu de conhecimentos tecnológicos milenares que permitiram às mulheres tupiniquim apropriarem-se das cerâmicas portuguesas. De acordo com o estudo, a cerâmica tupiniquim teve dois estágios cronológicos: 1. pré-colonial (até o século XVII); 2. cerâmica paulista (do século XVI até o presente). Esta cronologia mostra a persistência das práticas cerâmicas e permite considerar que a mudança da tecnologia pré-colonial para colonial não ocorreu de uma hora para outra, pois houve contemporaneidade entre as duas produções por mais de 150 anos. Indicando assim que as mudanças não significaram perdas para as populações indígenas, mas sim um sinal de persistência cultural.

Na região Nordeste, Schuster et al (2020), trabalham a pesquisa com perspectiva de longa duração para a região do baixo do São Francisco. Além disso, discutem sobre elementos tecnológicos cerâmicos do sítio Cipó, um sítio com uma longa sequência de ocupação e datação proveniente do período de contato, que permite observar uma continuidade cultural entre o passado pré-colonial até o presente. Neste trabalho os autores observaram a cerâmica de Xingó como uma cerâmica em constante transformação, continuamente incorporando elementos de fora e se desfazendo de outros, isso, sem perder sua estrutura.

Outros aspectos da cultura indígena também são explorados na tentativa de entender as transformações como um método de persistência como é o caso das práticas funerárias exploradas por Nascimento e Gambim Jr (2017), e a alimentação estudada por Becker (1991). Em Nascimento e Gambim Jr (2017) os autores investigaram sítios arqueológicos na foz do Rio Amazonas que contêm cemitérios indígenas. A pesquisa tem como objetivo entender como os povos indígenas da região lidam com a morte ao longo do tempo. O estudo se concentra em documentar e analisar as práticas funerárias observadas nesses sítios e examinar como essas práticas podem ter evoluído ao longo de séculos.

Becker (1991), mostra alguns aspectos da alimentação dos índios Kaingang do Rio Grande do Sul com as variações ocorridas entre os séculos XVI e XX. A autora indica mudanças ininterruptas em diferentes momentos históricos, principalmente no século XIX, onde, segundo a autora, é o século de real transformação quando o Kaingáng encontra-se aldeado e tendo que rebelar-se contra os colonos e outros grupos indígenas, porém, os Kaingáng sobrevivem e crescem numericamente, alcançando o século XX quando são submetidos aos cuidados da SPI.

Estudos interdisciplinares também exploram as perspectivas de longa duração. É possível destacar os trabalhos de Francisco Noelli (1993; 1996a; 1996b; 1999), o autor é considerado pioneiro no que diz respeito à aplicação de perspectivas de longa duração para as pesquisas do Sul do país. Ele utilizou uma variedade de disciplinas, incluindo arqueologia, ecologia, linguística, etnohistória e etnoarqueologia, para construir histórias indígenas abrangentes. Se debruçando sobre a história dos povos Jê do Sul e dos povos Tupi, particularmente os Guarani. Silva e Noelli (2016) abordam o contexto interdisciplinar das investigações sobre os povos Jê Meridionais, e fazem uma reflexão acerca do impacto da teoria degeneracionista nos fundamentos da Arqueologia Brasileira.

Hill (2013), expõe como os campos da Antropologia, Arqueologia e Etnohistória, se utilizados conjuntamente, auxiliam na compreensão das identidades étnicas que povoaram a Amazônia no passado e sua mudança no decorrer da história. O trabalho de Mota (2016) também dispõe da interdisciplinaridade, a pesquisa aborda a presença das populações de filiação linguística Jê, mais especificamente os Kaingang e Xokleng, no sul do Brasil. O autor analisa o processo de ocupação dos territórios no planalto meridional do Brasil por esses grupos indígenas, ressaltando suas interações socioculturais. A pesquisa ressalta a ideia de que grupos étnicos não são estáticos, mas estão em constante interação com outros grupos e modificam suas identidades ao longo do tempo. O pesquisador se utiliza da interdisciplinaridade para analisar a adaptação e interação dos Kaingang e Xokleng ao ocupar os territórios do planalto meridional do Brasil, considerando suas relações internas e com outros grupos.

Uma ampla gama de pesquisas se utilizam do campo interdisciplinar da etnoarqueologia para entender a longa duração. Silva (2009) estuda a variabilidade dos artefatos arqueológicos, especificamente nos objetos trançados Asurini. Através da variabilidade formal e quantitativa, por meio do uso da Etnoarqueologia, a autora analisa se essa variabilidade está relacionada a aspectos da organização sociais e econômicos. Irmhild Wust (1992) destaca a formação da sociedade Bororo (sudeste do Mato Grosso) através da fusão de diferentes grupos étnicos, a ascensão de um grupo dominante, as mudanças estratégicas de subsistência e a interrupção da dinâmica a partir do contato com os colonizadores. O artigo demonstra a importância das abordagens arqueológicas, etnoarqueológicas e etnohistóricas para entender a história das sociedades indígenas ao longo do tempo.

Machado (2009) faz uma reflexão sobre o que seriam os indicadores de continuidade ou não dos grupos indígenas do passado nas atividades humanas do presente. A partir de exemplos da arqueologia amazônica, da antropologia e, mais especificamente, de uma pesquisa etnoarqueológica atualmente nas comunidades ribeirinhas da ilha de Caviana, no Pará. Essa pesquisa etnoarqueológica busca fornecer informações sobre as atividades humanas do passado e do presente na região. Sua metodologia consiste na coleta de informações orais, censos demográficos locais, entrevistas, além de prospecções arqueológicas de superfície e observação de subsuperfície.

Adicionalmente, o estudo abordou a análise de espécies vegetais encontradas na ilha, que apresentam uma concentração semelhante àquela encontrada nos terreiros atuais. Esses dados ajudam a entender a continuidade ou não dos grupos indígenas do passado nas atividades humanas do presente. A autora afirma que o presente etnográfico ali estudado mostra um cenário de reocupações de sítios arqueológicos, a busca de ilhas de recursos e a apropriação de espaços previamente antropizados. Não se trata de uma “continuidade histórica” no sentido mais usado do termo, mas sim de ressignificações do passado que compõem o presente.

Algumas pesquisas frisam a trajetória de determinadas regiões através das histórias indígenas de longa duração. É o caso da consolidação territorial da ocupação indígena em Bepalez (2015), a influência indígena na formação de um local, como Olinda em Medeiros (2005), e a presença indígena em região onde por muito tempo foram ocultados, como é o caso da Serra da Barriga em Allen (2000). No trabalho de Viana et al (2011), os autores apresentam os primeiros resultados das pesquisas arqueológicas realizadas em sítios arqueológicos descobertos na Praia de Jericoacoara, localizada no litoral nordeste do Ceará. Os sítios Malhado e Serrote apresentam uma quantidade abundante de material cerâmico de parede finas, líticos lascados e polidos, malacológicos e estruturas de fogueira. Para a análise dos dados foram utilizadas também fontes históricas e etnográficas. Segundo os autores, as descobertas ratificam a ocupação prolongada na região em épocas pré-históricas e históricas.

Bepalez (2015) apresenta uma síntese dos dados arqueológicos sobre o Pantanal e o seu entorno, principalmente em se tratando dos estados do Mato Grosso e do Mato Grosso do Sul, na perspectiva da arqueologia enquanto história indígena de longa duração, considerando as trajetórias de estabelecimento e consolidação territorial da ocupação indígena regional, os processos de formação da configuração etnográfica encontrada pelos europeus e os impactos do colonialismo. Análise das variáveis espaciais, temporais e materiais dos contextos arqueológicos da região ajudam a interpretar a continuidade e mudança histórica e cultural de várias maneiras. A presença de diferentes tipos de artefatos e materiais em diferentes contextos arqueológicos pode indicar mudanças tecnológicas, econômicas e sociais ao longo do tempo. Além disso, a análise comparativa dos contextos arqueológicos de diferentes períodos e regiões pode ajudar a identificar padrões de continuidade e mudança cultural em escala regional e inter-regional (Bepalez, 2015).

Silva *et al* (2007), também traz como plano de fundo em sua pesquisa a Região Centro-Oeste. Consiste em um estudo sobre a trajetória de ocupação indígena na Terra Indígena Kayabi (Mato Grosso) e na aldeia Lalima (Mato Grosso do Sul). A pesquisa aborda a história indígena nessas regiões, frisando desde o passado até os dias vigentes, e como os índios resistiram à colonização europeia, as epidemias e atrocidades cometidas contra eles. Os autores alegam que que tentar entender a trajetória histórica de formação dos territórios torna-se crucial em contextos de pesquisa arqueológica em territórios indígenas, pois é este conhecimento que, muitas vezes, torna-se “o fundamento dos direitos territoriais indígenas e, particularmente, de garantia de suas terras”. Além disso, ainda frisam que o próprio conhecimento produzido pela Arqueologia vem sendo questionado pelas interpretações das populações nativas.

Medeiros (2005) apresenta no decorrer do trabalho a história da província de Pernambuco do século XVI até o XIX, através de documentações escritas nos períodos em questão. O autor afirma que a presença indígena na história da formação da cidade de Olinda é marcante, principalmente nos dois primeiros séculos de conquista. Em Medeiros (2007), analisou o contato entre grupos indígenas e colonizadores na Capitania da Paraíba entre os séculos XVII e XVIII, identificando os principais grupos étnicos citados na documentação pesquisada, sua localização e os principais agentes envolvidos no processo. Ambos os artigos demonstram a partir da documentação pesquisada que os indígenas foram agentes ativos na história do Nordeste no período colonial.

Allen (2000) discute a importância de considerar a história indígena na região Serrana dos Quilombos localizada no município União dos Palmares no estado de Alagoas, o autor argumenta que negligenciar essa parte da história pode levar à desvalorização da participação indígena nos quilombos dos Palmares e ao apagamento de suas histórias de longa duração. No artigo é mencionado que as pesquisas sobre os Palmares partem de uma perspectiva afrocêntrica, contudo, se trata de uma região onde conviviam africanos, afro-brasileiros e indígenas, ou seja, trata-se de uma região complexa e requer uma análise aberta e inclusiva. O autor ainda destaca a necessidade de uma abordagem inclusiva e multidisciplinar na interpretação dos Palmares, bem como a importância de não negligenciar a história indígena nessa região para uma compreensão mais completa do passado do Brasil.

As pesquisas apresentadas buscaram romper com a ideia de índios misturados e degenerados ainda bastante presente no imaginário da sociedade brasileira. Em oposição ao

que foi salientado no período colonial acerca do desaparecimento iminente dos povos indígenas, os pesquisadores apresentados observaram através da Arqueologia que a cultura indígena esteve em constante transformação, incorporando elementos e se desfazendo de outros. As abordagens de análise utilizadas nesses trabalhos são de grande importância e utilidade para a criação de narrativas indígenas pautadas na persistência e longa duração.

Novas abordagens vêm emergindo nos últimos anos com o intuito de mudar a forma como as populações indígenas são analisadas pela Arqueologia. Com o intuito de tornar o fazer arqueologia mais inclusivo e respeito às comunidades e entender as histórias indígenas de longa duração, tem se visto nas pesquisas um maior uso da interdisciplinaridade, mudanças nas ferramentas de interpretação e o cada vez mais crescente uso da chamada Arqueologia Colaborativa ou Participativa.

A Arqueologia Colaborativa trata-se de uma abordagem na qual os Arqueólogos trabalham de forma colaborativa em projetos de pesquisa, gestão e preservação com as comunidades locais. Nessa abordagem, os membros das comunidades são envolvidos de forma ativa em todas as fases do projeto arqueológico, reconhecendo assim seus saberes, valores e perspectivas. A Arqueologia Colaborativa procura promover uma compreensão mais inclusiva e abrangente do passado, respeitando os direitos das comunidades sobre seu patrimônio cultural. Visto que, segundo Silva *et al* (2011) a abordagem colaborativa visa ampliar e enriquecer a produção de conhecimento. Mas também tem acarretado reflexões sobre o caráter colonialista da disciplina arqueológica, resultando em avanços significativos na prática arqueológica.

Silva *et al* (2011) ainda assegura que é preciso investir na elaboração de projetos de arqueologia colaborativa com uma perspectiva mais dialógica, para construir um conhecimento sobre o passado de modo mais dinâmico. O estudo desenvolvido pelos autores trata-se de uma pesquisa arqueológica e etnoarqueológica realizada em maio de 2010, com o intuito de localizar antigos assentamentos Asurini nas margens do igarapé Ipiaçava e avaliar o potencial arqueológico dessa área da Terra Indígena Kuatinemu. Os autores destacam a contribuição da comunidade Asurini para o desenvolvimento da pesquisa, evidenciando o potencial dos indígenas para a identificação dos marcos paisagísticos das antigas ocupações humanas, e suas narrativas sobre os materiais encontrados, revelando um regime próprio de historicidade que difere daquele dos pesquisadores.

Oliveira (2003), Fabíola Silva (2009, 2012), Silva *et al* (2010), Machado (2013) e Jácome (2020), também aplicam a Arqueologia participativa para entender o registro arqueológico e a continuidade indígena. Silva (2012) argumenta que as práticas arqueológicas colaborativas e, entre elas, as arqueologias indígenas, implicam em uma redefinição dos parâmetros éticos da arqueologia na medida em que as populações indígenas não podem mais ser desconsideradas das decisões sobre o patrimônio arqueológico existente em suas terras. A autora afirma ainda que, os indígenas são tão responsáveis pela sua interpretação e preservação quanto os arqueólogos.

É comum a presença de ocupações indígenas em sítios arqueológicos na Amazônia, as comunidades ribeirinhas tendem a escolher áreas onde antes existiam assentamentos indígenas para se estabelecerem. Isso implica que há diferentes formas de interpretação dos artefatos encontrados nesses locais (Kater e Lopes, 2021).

As narrativas e memórias indígenas sobre esses lugares significativos se relacionam a aspectos como parentesco, aliança, guerra e formação do território (JÁCOME, 2017), sendo, portanto, estruturantes para esses povos. Entende-se que as escolhas de onde ocupar, estabelecer aldeias ou acampamentos e manejar a floresta são conhecimentos profundos que foram utilizados no passado e se repetem nas escolhas atuais (GARCIA, 2017; JÁCOME, 2017; ROCHA, 2017). Isso mostra como a associação com as perspectivas nativas traz um incremento valioso para as interpretações dessas pesquisas, decorrendo em formas de justapor conhecimento arqueológico e indígena. As distintas e cambiantes formas de protagonismo indígena de suas histórias continuam, de modo cada vez mais ativo, a abrir caminhos para a Arqueologia como História Indígena de longa duração (Kater e Lopes, 2021, p. 17).

O trabalho de Andrade (2014) explora a perspectiva dos indígenas Mbya Guarani com relação aos seus territórios, salientando como eles veem os lugares que habitam como espaços que incorporam elementos físicos, econômicos e simbólicos. A região trabalhada trata-se do Tekoa Pindoty, ou Terra Indígena Ilha da Cotinga, no litoral do Pará. No artigo é discutido o processo de ocupação recente dos indígenas Mbya Guarani no Tekoa Pindoty. A autora afirma que segundo os Mbya, a escolha deste território se deu pela presença de vestígios de seus ancestrais e pela confirmação de Nhanderu (Deus verdadeiro) que ali poderiam viver conforme seus ensinamentos.

Com relação a narrativas de longa duração, Kater e Lopes (2021) afirmam que podem ser pesquisadas de duas formas, não excludentes, mas que metodologicamente possuem um ponto de diferenciação. Através das pesquisas que estudam a história das continuidades indígenas no presente, ou seja, suas continuidades e transformações por um período extenso

de tempo. Isso implica no entendimento de como as comunidades indígenas atuais se relacionam com suas raízes históricas e como sua cultura evolui ao longo do tempo.

E às pesquisas que constroem uma História Indígena Antiga de longa duração e que pode ser incorporada por esses povos. Nesse caso, o pesquisador investiga a história ancestral das comunidades indígenas, na Pré-história, e buscando suas origens, seu desenvolvimento e interações com o ambiente ao longo de extensos períodos. Através dessa abordagem é possível contribuir para o fortalecimento da identidade e conexão das comunidades indígenas viventes com suas raízes ancestrais. Essa forma de análise tem suas raízes na antropologia/arqueologia norte americana chamada de *Direct historical approach*, a qual conforme Wedel (1938), pressupõe a existência de uma relação análoga entre relatos históricos e dados pré-históricos, para estabelecer uma continuidade cultural.

A partir dessas novas abordagens, os arqueólogos, têm analisado os impactos do colonialismo e repensando alguns conceitos como cultura, aculturação, tradição e identidade étnica. Almeida (2010) atesta que, compreender a cultura como um produto histórico, dinâmico e flexível permite uma perspectiva mais minuciosa acerca das mudanças culturais que ocorreram no período da colonização.

Entender a cultura como uma articulação contínua entre tradições e novas experiências enfatiza a ideia de que a cultura não é estática, mas o resultado da interação entre as práticas culturais já existentes e novas trazidas pelo contato com outros povos. Almeida ainda sugere que essa maneira de compreender a cultura possibilita interpretar a mudança cultural não como uma perda da cultura original dos povos indígenas, mas sim como um processo dinâmico e complexo. Isso implica que, apesar da situação violenta enfrentada pelos indígenas a partir do contato com os colonizadores, os povos indígenas foram capazes de evoluir culturalmente diante de desafios extremos, mantendo os elementos essenciais de sua cultura, enquanto incorporavam novas experiências.

Essa maneira de entender a aculturação foi desenvolvida nos trabalhos de Eduardo Neves, Francisco Noelli e Pedro Paulo Funari. Fernando Ortiz, ressaltou o conceito "transculturação" em vez de "aculturação" para descrever o processo de interação cultural e influência mútua entre diferentes culturas. Para o pesquisador, a transculturação não implica na assimilação de elementos culturais de uma cultura dominante por uma cultura subordinada, mas inclui a transformação e a criação de novos elementos culturais como resultado desse contato. Ortiz viu a transculturação como um processo fundamental na

formação da identidade cultural cubana, onde elementos da cultura africana, indígena e espanhola interagiram e se fundiram para criar uma cultura única e rica em Cuba.

Com a vênua do leitor, especialmente se é dado a estudos sociológicos, nos permitimos usar pela primeira vez o vocábulo transculturação, sabendo que é um neologismo. E nos atrevemos a propô-lo para que na terminologia sociológica possa substituir, em grande parte ao menos, o vocábulo aculturação, cujo uso se está ampliando atualmente. [...] Escolhemos o vocábulo transculturação para expressar os variadíssimos fenômenos que se originam em Cuba pelas complexíssimas transmutações das culturas que aqui se verificam, sem conhecê-las é impossível entender a evolução do povo cubano, tanto no econômico quanto no institucional, jurídico, ético, religioso, artístico, linguístico, psicológico, sexual e nos demais aspectos de sua vida. [...] A verdadeira história de Cuba é a história de suas intrincadíssimas transculturações (Ortiz, 2002: 254 apud Myers, 2015, p.250-251).

Outro conceito que foi sendo repensado no decorrer das décadas é o de Tradição, inicialmente a partir das abordagens históricas culturalistas as tradições eram entendidas como apenas um conjunto estático de costumes. Porém, com as mudanças na disciplina, atualmente muitos pesquisadores trabalham o conceito da tradição, assim como o de cultura, de uma forma mais flexível e contextual, sendo interpretada como algo dinâmico e adaptativo, podendo ser até mesmo recriada ao longo do tempo. As tradições são consideradas produtos das interações sociais, das mudanças tecnológicas e das influências culturais.

Assim como os conceitos de cultura e tradição, a identidade étnica atualmente é entendida como algo flexível, dinâmico e plural. Almeida (2010) afirma que com base nos trabalhos de Max Weber e, mais recentemente, de Frederick Barth, os estudos atuais sobre etnicidade já não consideram a cultura como elemento definidor de grupo étnico. Ao invés disso, priorizam suas dimensões políticas e históricas. Ou seja, os indígenas podem pertencer a múltiplos grupos étnicos ao mesmo tempo e possuir múltiplas identidades étnicas, visto que, a identidade étnica pode ser escolhida, adotada ou adaptada de acordo com o contexto.

Silliman (2022), afirma que para o estudo do colonialismo e das populações indígenas presentes no período colonial, certamente novos conceitos irão surgir, destacando as ideias de persistência e sobresistência. No artigo é discutido como a resistência é retratada nos estudos do colonialismo na Arqueologia Histórica, em particular relacionado às comunidades indígenas. O autor destaca ideias como persistência e sobresistência como maneiras de pensar sobre as interações indígenas com as transformações do colonialismo. Através da perspectiva da persistência a arqueologia se afasta da preocupação de “se algo mudou” e

concentrar seu foco em “como algo persistiu”, o que permite novas formas de abordar mudanças e continuidade. Sobresistência por sua vez, trata-se de uma perspectiva sobre a persistência e a sobrevivência, o qual reflete uma rejeição à dominação e a vitimização por parte dos indígenas. Visto que, muitos povos indígenas não querem que sua existência seja resumida apenas a vitimização e a condição de colonizado.

Outro conceito debatido por Silliman (2022) é o de etnogênese, que se refere ao surgimento de novas identidades étnicas através da transformação. Ele enfatiza a importância de usar esse conceito, porém com cuidado e moderação, visto que, etnogênese não se aplica a todo e qualquer caso. Vale ressaltar, a etnogênese não costuma se referir à persistência, mas sim a uma ruptura intencional, além disso, a etnogênese não se restringe aos casos de colonizados ou subalternos.

O autor ainda afirma que a etnogênese engloba ao mesmo tempo lutas políticas e culturais dos povos a fim de criar identidades persistentes em contextos gerais de mudança e descontinuidades radicais. Hill (2013) afirma que a etnogênese fornece uma abordagem útil para compreender a construção de identidades coletivas como contestação histórica por parte de um povo, ou seja, o seu posicionamento dentro de uma história geral de desigualdade política e econômica.

Allen (2000) contextualiza o quilombo dos Palmares dentro da abordagem etnogenética, onde a etnogênese pode ser aplicada na arqueologia. O autor sugere que a análise arqueológica do quilombo de Palmares pode ajudar a entender a construção desse grupo cultural, especialmente quando há uma falta de evidências históricas escritas. Além disso, o autor também discute como a cultura material pode desempenhar um papel na construção da identidade étnica. A variação estilística em artefatos pode transmitir mensagens culturais e simbolismo étnico. É preciso considerar a etnogênese e a cultura material na compreensão da formação de grupos culturais nas Américas durante o período colonial e é também necessária uma abordagem interdisciplinar que incorpore a arqueologia para abordar essas questões de maneira mais completa.

Outro enfoque para desenvolver pesquisas arqueológicas focadas em persistência e longa duração é justamente através da interdisciplinaridade. A Arqueologia em conjunto com a História, Antropologia, Etnologia, Linguística, entre outras ciências, possibilita a interpretação de vestígios e contextos de uma maneira mais ampla. Através de variadas fontes, a Arqueologia consegue alcançar interpretações em diferentes esferas para temas

como redes de trocas, relações de grupos, práticas funerárias, entre outros. Além disso, a relação entre diferentes disciplinas ressalta uma história indígena onde não há rupturas, mas sim continuidade e transformações culturais.

Corrêa (2013) enfatiza que a Arqueologia enquanto história indígena requer a integração de conhecimentos de outras disciplinas, como linguística histórica, antropologia, etnografia e a etnohistória. Através dessa integração é possível formular suposições e modelos sobre origens, rotas de expansão/migração, continuidade e mudança, ou seja, processos históricos de longa duração.

Outro ponto que merece destaque é a contribuição dos indígenas cientistas, e o incentivo para a formação de mais indígenas no ensino superior, e no curso de Arqueologia. Jácome (2020) alerta sobre a ausência de autores indígenas como referências nos cursos universitários:

A maior parte da universidade ignora a produção dos intelectuais indígenas, que é bastante ampla em termos de áreas de produção: antropologia, filosofia, história, ecologia, literatura, ciências jurídicas, política, direitos humanos, e agora também arqueologia. Em uma pequena lista podemos citar, Ailton Krenak (2000, 2019, 2020), David Kopenawa (2015), Gersem Baniwa (2014, 2006), Eliane Potiguara (1989, 2004), Daniel Munduruku (2017), Toninho Benites (2015, 2012), entre tantos outros (Jácome, 2020, p. 30).

A autora ainda defende que a abertura da Arqueologia para os povos indígenas deve ir além de políticas afirmativas, visto que é preciso uma revisão crítica da epistemologia da arqueologia e uma disposição (por parte dos acadêmicos) para explorar novos conceitos e autores. Se o objetivo é promover uma ciência mais inclusiva e colaborativa, essa abertura pode enriquecer a disciplina e proporcionar uma compreensão mais completa do passado. Além de incentivar os próprios alunos indígenas a aprender e se envolver com a arqueologia de uma forma que respeite e integre suas perspectivas e conhecimentos.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da contextualização histórica apresentada é possível perceber que a história do Brasil foi construída semeando o apagamento das identidades indígenas. O legado colonial foi responsável por marginalizar os povos indígenas, causando consequências que ecoam até os dias hodiernos, inclusive se tratando de suas representações nas pesquisas acadêmicas, visto que, influenciou por muitos anos como a história era contada e entendida. As narrativas propostas desde os oitocentos indicavam um desaparecimento iminente dos povos indígenas perante a cultura europeia, contudo, ao invés de desaparecerem os indígenas continuaram vivos e atuantes, exercendo papéis cada vez mais influentes na sociedade moderna.

A historiografia que vem sendo analisada com uma perspectiva que minimiza os impactos do colonialismo e foca na cultura indígena, juntamente com os registros arqueológicos e fontes de outras ciências manifestam a continuidade indígena que por muitos anos foi negada. Graças aos movimentos sociais elaborados pelas próprias comunidades, que buscam incansavelmente por reconhecimento, respeito e autonomia, os povos indígenas conseguiram alterar a forma como os arqueólogos contavam suas histórias. Através das novas abordagens, que buscam alcançar uma arqueologia inclusiva e ética, os autores que foram apresentados no decorrer deste trabalho, desenvolveram narrativas voltadas para uma perspectiva de longa duração, identificando as transformações culturais como um aspecto de adaptação da cultura indígena às novas realidades.

A presente pesquisa procurou entender como se deu a ausência indígena nas pesquisas arqueológicas, discutindo como o processo de colonização influenciou a forma como os arqueólogos definiam os povos indígenas. Através do levantamento bibliográfico realizado ficou perceptível que a Arqueologia dos períodos históricos ainda dá passos lentos no que diz respeito a narrar histórias indígenas que versam sua continuidade e persistência, assim como caminha lentamente para alcançar o status de uma ciência colaborativa e inclusiva. Os caminhos atuais percorridos pelos pesquisadores para contribuir com as histórias indígenas de longa duração incluem o envolvimento direto das comunidades nas pesquisas, a ênfase nas análises de histórias de curto e longo prazo, interpretações através de perspectivas multidisciplinares, reavaliação de conceitos e ferramentas utilizadas pela arqueologia e a utilização das narrativas dos povos indígenas como fonte de conhecimento.

Através dos movimentos indígenas no período colonial e atuais, juntamente com os novos aportes teóricos da Arqueologia (e de outras ciências) a sociedade, em especial e acadêmica, vem abandonando antigas concepções que contribuíram para a exclusão dos povos indígenas da história. As ideias de “índio propriamente dito” e “índio aculturado” estão sendo superadas, e a ruptura entre pré-história e história aos poucos vai sendo revista, dando espaço para interpretações onde os indígenas são agentes das mudanças por eles vividas, e que suas ações conscientes contribuíram para sua continuidade perante a política assimilacionista.

Há muitas histórias indígenas a serem contadas, e apesar dos avanços apresentados no decorrer do trabalho, a Arqueologia ainda precisa percorrer um longo caminho para se tornar uma ciência inclusiva e livre dos efeitos do colonialismo. Reconhecer os indígenas como sujeitos históricos e protagonistas de suas próprias ações é essencial para os novos avanços interpretativos sobre a história do Brasil.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALLEN, S. J. **Identidades em Jogo: Negros, Índios e a Arqueologia da Serra da Barriga**. In: ALMEIDA, L.; GALINDO, M.; ELIAS, J. (Orgs.). *Índios do Nordeste: temas e problemas 2*. Maceió: EDUFAL, 2000. p. 245-275.
- ALLEN, S. J. **Os Desafios da Arqueologia de Palmares**. In: Gomes, F.. (Org.). *Mocambos de Palmares : histórias e fontes (Séc. XVI-XIX)*. 1ed.Rio de Janeiro: 7Letras, 2010, v., p. 119-130.
- ALLEN, S. J. **The Movement of People and tThings in the Capitania de Pernambuco: Challenges for Archaeological Interpretation**. In: *Archaeologies of Mobility and Movement*. New York, NY: Springer New York, 2013. p. 31-46.
- ALMEIDA, M. R. C. Os Índios no Tempo da Corte: Reflexões Sobre Política Indigenista e Cultura Política Indígena no Rio de Janeiro Oitocentista. **Revista USP**, n. 79, p. 94-105, 2008.
- ALMEIDA, M. R. C. **Os Índios na História do Brasil**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2010. 168p.
- ALMEIDA, M. R. C. Os Índios na História do Brasil no século XIX: da Invisibilidade ao Protagonismo. **Revista História Hoje**, [S. l.], v. 1, n. 2, p. 21–39, 2013. DOI: 10.20949/rhhj.v1i2.39.
- ANDRADE, S. A. Uma Proposta Etnoarqueológica Sobre a Concepção do Território: os Mbya Guarani e o Tekoa Pindoty. **Cadernos do LEPAARQ**. Textos de Antropologia, Arqueologia e Patrimônio, p. 62-77, 2014.
- ATALAY, S. Indigenous Archaeology as Decolonizing Practice. **American Indian Quarterly**, vol. 30, no. 3/4, 2006, pp. 280–310.
- BECKER, I. I. B. Alimentação dos índios Kaingáng do Rio Grande do Sul. **Revista de Arqueologia**, São Paulo, 6:106-118, 1991.
- BESPALEZ, E. **Levantamento arqueológico e etnoarqueologia na aldeia Lalima, Miranda/MS: um estudo sobre a trajetória histórica da ocupação indígena regional**. Dissertação de mestrado. MAE/USP. São Paulo. 2009.

BESPALEZ, E. Arqueologia e história indígena no Pantanal . **Estudos Avançados**, [S. l.], v. 29, n. 83, p. 45-86, 2015.

BINFORD, L.R. **Archaeology as Anthropology**. American Antiquity, 28(2), 217-225, 1962

BOCCARA, G. Antropologia diacrónica.. Dinámicas culturales, procesos históricos, y poder político. **Nuevo Mundo Mundos Nuevos**, 2006.

BRAUDEL, F. **Histoire et sciences sociales. La longue durée**. Annales E.S.C, Vol.4, pp.725-753. 1958.

BRAUDEL, F. História e Ciências Sociais: a longa duração. **Revista de História**, [S. l.], v. 30, n. 62, p. 261-294, 1965. DOI: 10.11606/issn.2316-9141.rh.1965.123422.

BROCHADO, J. P. **An Ecological Model of the Spread of Pottery and Agriculture into Eastern South America**. Dissertation (PhD in Anthropology) – University of Illinois, Urbana Champaign, 1984.

Childe, V. G. **What Happened in History**. Penguin Books. 1942

CORRÊA, L. R. A. **A aplicação da política indigenista pombalina nas antigas aldeias do Rio de Janeiro: dinâmicas locais sob o Diretório dos índios (1758-1818)**. 409 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal Fluminense. Departamento de Ciências Humanas e Filosofia, 2012.

CORRÊA, A. A. Longue Durée: história indígena e arqueologia. **Ciência e Cultura**, v. 65, n. 2, p. 26-29, 2013.

COSTA, D. M. Arqueologias históricas: um panorama espacial e temporal. **Vestígios-Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica**, v. 4, n. 2, p. 9-38, 2010.

CUNHA, M. C. (org.) **História dos índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, Secretaria Municipal de Cultura, FAPESP, 1992.

DANTAS, M. A. **Estratégias indígenas: dinâmica social e relações interétnicas no aldeamento do Ipanema no final do século XIX**. In OLIVEIRA, J. P. A presença indígena no nordeste: processos de territorialização, modos de reconhecimento e regimes de memória. Rio de Janeiro: Contracapa, p. 413-446, 2011.

EREMITES DE OLIVEIRA, J. **Da pré-história à história indígena: (Re) pensando a arqueologia e os povos canoeiros do Pantanal.** Rev. de Arqueologia, 16: 71-86. São Paulo: SAB. 2003.

FUNAI (org.). **Dados do Censo 2022 revelam que o Brasil tem 1,7 milhão de indígenas.** 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/funai> . Acesso em: 16 mar. 2024.

FUNARI, P. P. **Arqueologia.** São Paulo: Contexto, 2003. 125p. ISBN 85-7244251-0.

FUNARI, P. P. A. Teoria e métodos na Arqueologia contemporânea: o contexto da Arqueologia Histórica. **Mneme - Revista de Humanidades**, [S. l.], v. 6, n. 13, 2010.

GARCIA, E. F. **As diversas formas de ser índio: políticas indígenas e políticas indigenistas no extremo sul da América portuguesa.** 2007. 320f. Tese (Doutorado em História) -Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2007.

HECKENBERGER, M. J. **Estrutura, história e transformação: a cultura xinguana no longue durée, 1000-2000 d.C.** In: Franchetto, B.; Heckenberger, M.B. (Eds.). Os povos do Alto Xingu: história e cultura. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, p. 21-62. 2001

HECKENBERGER, M. J. **The Ecology of Power: culture, place, and personhood in the southern Amazon, A.D. 1000-2000.** New York: Routledge, 2005.

HILBERT, K. 'Cave canem!': cuidado com os 'Pronapianos!' Em busca dos jovens da arqueologia brasileira. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. **Ciências Humanas**, v. 2, n. 1, p. 117–130, jan. 2007.

HILL, J. Etnicidade na Amazônia Antiga: reconstruindo identidades do passado por meio da arqueologia, da linguística e da etno-história. **Ilha Revista de Antropologia**, Florianópolis, v. 15, n. 1,2, p. 034–069, 2013. DOI: 10.5007/2175-8034.2013v15n1-2p34.

HODDER, I. **Archaeological Theory Today.** Polity Press, 2012

HODDER, I. **Entangled: an archaeology of the relationships between humans and things.** Wiley-Blackwell: Malden, 2012. 252p. ISBN 978-0-470-67212-9

JACOME, C. P. **Dos Waiwai aos Pooco - Fragmentos de história e arqueologia das gentes dos rios Mapuera (Mawtohrî), Cachorro (Katxuru) e Trombetas (Kahu).** 2017. Tese

(Doutorado em Arqueologia) - Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017. doi:10.11606/T.71.2017.tde-07072017-160154.

JÁCOME, C. P. Aprender e ensinar, algumas reflexões sobre arqueologias indígenas. **R. Museu Arq. Etn.** 35: 14-35, 2020.

JÁCOME, C. P.; WAI WAI, J. X. A paisagem e as cerâmicas arqueológicas na bacia Trombetas: uma discussão da Arqueologia Karaiwa e Wai Wai. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas**, v. 15, 2020.

KATER, T.; LOPES, R. A.. Braudel nas Terras Baixas: caminhos da Arqueologia na construção de Histórias Indígenas de longa duração . **Revista de História (São Paulo)**, n. 180, p. a11720, 2021.

LATHRAP, D. W. **The Upper Amazon**. London: Thames & Hudson, 1970.

LIGHTFOOT, K. G. Culture contact studies: Redefining the relationship between prehistoric and historical archaeology. **American antiquity**, v. 60, n. 2, p. 199-217, 1995.

LIMA, A. C. S. **O governo dos índios sob a gestão do SPI**. In: Cunha, M. C. (Org). História dos índios no Brasil, v. 2, p. 155-172, 1992.

LIMA, T. Arqueologia Histórica no Brasil: balanço bibliográfico (1960-1991). **Anais do Museu Paulista**, v. 1, n. 1, p. 225-262, 1993.

LITTLE, B. Povos com história: uma revisão da Arqueologia Histórica nos Estados Unidos. **Vestígios - Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica**, [S. l.], v. 8, n. 2, p. 122–165, 2014. DOI: 10.31239/vtg.v8i2.10596.

LOPES, F. M. **As mazelas do Diretório dos Índios: exploração e violência no início do século XIX**. In OLIVEIRA, J. P. A presença indígena no Nordeste: processos de territorialização, modos de reconhecimento e regimes de memória. Rio de Janeiro: Contra Capa, p. 241-265, 2011.

MACHADO, J. S.. Arqueologia e história nas construções de continuidade na Amazônia. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas**, v. 4, n. 1, p. 57–70, jan. 2009.

MACHADO, J. S. História (s) indígena (s) e a prática arqueológica colaborativa. **Revista de Arqueologia**, v. 26, n. 1, p. 72-85, 2013.

MAIA, L. O. **A implantação do diretório em Vila Viçosa Real (CE):** incerteza, colaboração e negociação indígenas (c. 1759–1762). In OLIVEIRA, J. P. A presença indígena no nordeste. Rio de Janeiro: Contra Capa, p. 21-47, 2011.

MATTHEWS, C. N. 2007. **History to prehistory:** an archaeology of being Indian. *Archaeologies*, 3(3): 271-295.

MEDEIROS, R. P. . Memória indígena, arqueologia e patrimônio cultural: reflexões sobre a presença indígena nas narrativas sobre a fundação de Olinda. **CLIO. Série Arqueológica (UFPE)** , Recife, v. 18, p. 77-109, 2005

MEDEIROS, R. P. Povos indígenas e conquista nos sertões da capitania da Paraíba. **CLIO. Série Arqueológica (UFPE)** , v. 22, p. 102-115, 2007.

MEDEIROS, R. P. **Política indigenista do período pombalino e seus reflexos nas capitanias do norte da América portuguesa.** In OLIVEIRA, J. P. A presença indígena no Nordeste: processos de territorialização, modos de reconhecimento e regimes de memória. Rio de Janeiro: Contra Capa, p. 115-144, 2011.

MONTEIRO, J. M. **O desafio da História Indígena no Brasil.** In: SILVA, A. L. S.; GRUPIONI, L. D. B. (Ed.) A temática indígena na escola: novos subsídios para professores de 1o e 2o graus. Brasília: MEC; Mari; Unesco, 1995. p.221-228.

MOTA, L.T., A passagem e a presença dos Jê Meridionais por São Paulo e Paraná: uma reflexão etno-histórica. **R. Museu Arq. Etn.**, 27: 135-157, 2016

MUNIZ, T. Arqueologia como Disciplina Transversa. **REVISTA TARAIRIÚ**, [S. l.], v. 1, n. 20, 2022

MYERS, Jorge. Uma" Atlantic history" avant la lettre. Transculturações atlânticas e caribenhas em Fernando Ortiz. **Sociologia & Antropologia**, v. 5, p. 745-770, 2015.

NASCIMENTO, L. S.; GAMBIM JÚNIOR, A. **Uma história indígena de longa duração na Amazônia antiga:** práticas funerárias da foz do rio Amazonas. In: Anais do III Encontro de Discentes de História da UNIFAP Macapá-AP, 2017.

NEVES, E.G. Arqueologia, história indígena e o registro etnográfico: exemplos do alto rio Negro. **Rev. do Museu de Arqueologia e Etnologia**, São Paulo, Suplemento 3: 319-330, 1999.

NEVES, E. Ecology, Ceramic Chronology and Distribution, Long-term History, and Political Change in Amazonian Floodplain. In: SILVERNAN, H.; ISBELL, W. H. (ed.). **Handbook of South American Archaeology**. New York: Springer, 2008. p. 359-378.

NOELLI, F. S. A Ocupação humana da região sul do Brasil: arqueologia, debates e perspectivas – 1872-2000. **Revista USP**, v. 44, p. 218-269, 1999.

NOELLI, F. S.; FERREIRA, L. M. A persistência da teoria da degeneração indígena e do colonialismo nos fundamentos da arqueologia brasileira. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v.14, n.4, p.1239-1264, set.-dez. 2007.

NOELLI, F. S.; SALLUM, M. A cerâmica paulista: cinco séculos de persistência de práticas tupiniquim em São Paulo e Paraná, Brasil. **Mana**, v. 25, n. 3, 2019 (Tradução).

NOELLI, F. S.; BROCHADO, J. P.; CORRÊA, A. A. A linguagem da cerâmica Guaraní: sobre a persistência das práticas e materialidade (parte 1). **Revista Brasileira de Linguística Antropológica**, [S. l.], v. 10, n. 2, p. 167–200, 2018. DOI: 10.26512/rbla.v10i2.20935.

OLIVEIRA, J. P. Uma etnologia de “índios misturados”? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais. **Mana**, v. 4, n. 1, p. 47-77, 1998.

OLIVEIRA, J. P. (org.). **A Viagem da Volta: Etnicidade, Política e Reelaboração Cultural no Nordeste Indígena** (Territórios Sociais, 2) Rio de Janeiro: Contracapa, 1999, 350 pp.

OLIVEIRA, J. P. **A presença indígena no Nordeste: processos de territorialização, modos de reconhecimento e regimes de memória**. Rio de Janeiro: Contra Capa. 714pp. 2011

ORSER JR., C. E. **Introdução à arqueologia histórica**. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1992. Tradução de: Pedro Paulo Funari

RENFREW, C.; BAHN, P. **Arqueologia: Teorias, Métodos y Practica**. Madrid, Espanha: AKAL S.A., 1993

RODRIGUES, R. Territórios em disputa: o papel da pesquisa etnoarqueológica nos estudos de identificação e delimitação das terras indígenas Guarani Nandeva no sudeste do Estado de São Paulo. **Revista de Arqueologia**, v. 26, n. 1, p. 96-111, 2013.

SALLUM, M.; NOELLI, F. S. **Povos Indígenas e Arqueologia do Colonialismo no Brasil**. 2022. In: SYMANSKI L; SOUZA M. (Org.). *Arqueologia Histórica Brasileira*. Belo Horizonte: Editora da Universidade Federal de Minas Gerais, Pp 275-308

SCAMACCHIA, M. M. **A tradição policrômica no leste da América do Sul evidenciada pela ocupação Guarani e Tupinambá**: fontes arqueológicas e etno-históricas. Tese de doutorado, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas/USP. São Paulo. 1990

SCHAAN, D. P. Evidências para a permanência da Cultura Marajoara à época do contato europeu. **Revista de Arqueologia**, [S. l.], v. 12, n. 1, p. 23–42, 2000. DOI: 10.24885/sab.v12i1.150.

SCHUSTER, A. J.; GARCIA, L. G.; ALMEIDA, F. O. de. Da Pré-História para a História Indígena no Baixo do São Francisco: Arqueologia do Período de Contato Dentro de um Contexto Kariri. **Revista Habitus - Revista do Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia**, [S. l.], v. 18, n. 1, p. 179–206, 2020. DOI: 10.18224/hab.v18i1.7873.

SILLIMAN, S. W. Colonialismo na Arqueologia Histórica. **Cadernos do Lepaarq (Ufpel)**, [S.L.], v. 19, n. 37, p. 26-54, 21 set. 2022. Universidade Federal de Pelotas. Tradução de: Christian Biggie e Louise Cardoso de Mello

SILLIMAN, S. W. Entre a Longue Durée e o Short Purée: arqueologias pós-coloniais da história indígena na América do Norte colonial. **Vestígios-Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica**, v. 13, n. 1, p. 161-175, 2019.

SILVA, A. P. **O Rio de Janeiro continua índio**: território do protagonismo e da diplomacia indígena no século XIX. Rio de Janeiro, UNIRIO – Centro de Ciências Humanas. Tese de doutorado em Memória Social, 2016

SILVA, E. Os “restos” dos índios Sukurú de Cimbres: cultura material, história e identidade indígena no nordeste entre os anos de 1930 e 1950. **Revista Clio Arqueológica**, v. 22, n. 1, p. 149-175, 2007.

SILVA, F. A.; BESPÁLEZ, E.; STUCHI, F. F.; POUGET, F. C. Arqueologia, Etnoarqueologia e História Indígena – um estudo sobre a trajetória de ocupação indígena em territórios do Mato Grosso e Mato Grosso do Sul: a terra indígena Kayabi e a aldeia Lalima. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**, [S. l.], n. 17, p. 509-514, 2007. DOI: 10.11606/issn.2448-1750.revmae.2007.89819.

SILVA, F. A. *et al.* Arqueologia em terra indígena: uma reflexão teórico-metodológica sobre as experiências de pesquisa na Aldeia Lalima (MS) e na terra indígena Kaiabi (MT/PA). **Arqueologia amazônica**, v. 2, 2010.

SILVA, F. A. A variabilidade dos trançados dos Asurini do Xingu: Uma reflexão etnoarqueológica sobre função, estilo e frequência dos artefatos. **Revista de Arqueologia**, [S. l.], v. 22, n. 2, p. 17–34, 2009.

SILVA, F. A.; BESPÁLEZ, E.; STUCHI, F. F. Arqueologia colaborativa na Amazônia: terra indígena Kuatinemu, rio Xingu, Pará. **Amazônica-Revista de Antropologia**, v. 3, n. 1, 2011.

SILVA, F. A. O plural e o singular das arqueologias indígenas. **Revista de Arqueologia**, v. 25, n. 2, p. 24-42, 2012.

SILVA, F. A.; NOELLI, F. S. História indígena e arqueologia: Uma reflexão a partir dos estudos sobre os Jê Meridionais. **R. Museu Arq. Etn.**, 27: 5-20, 2016.

SOMMER, B. **Negotiated settlements: Native Amazonians and Portuguese policy in Pará, Brazil, 1758–1798**. Thesis (PhD) - University of New Mexico, New Mexico, 2000.

SOUZA, M. A. T. A Arqueologia dos grupos indígenas em contextos históricos: problemas e questões. **Revista de Arqueologia**, [S. l.], v. 30, n. 1, p. 144–153, 2017. DOI: 10.24885/sab.v30i1.505.

SYMANSKI, L. C. P. Arqueologia Histórica no Brasil: uma revisão dos últimos vinte anos. **Cenários Regionais de uma arqueologia plural**, p. 1-29, 2009.

THOMAS, J. **Archaeology and Modernity**. Routledge, 2010

TRIGGER, B. G. **História do Pensamento Arqueológico**. Odysseus, 1992.

VALADARES, H. A. C. O silenciamento étnico do indígena integrado na história do Espírito Santo. **Revista do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo**, [S. l.], v. 6, n. 11, 2023.

VIANA, V.; SOARES, K.; SOUZA, L. D. Os antigos habitantes da praia de Jericoacoara, Ceará: Arqueologia, História e Ambiente. **Clio Arqueológica**. Recife: UFPE, n. 22, p. 177-202, 2011.

VIEIRA, G. K. A. **Entre perdas, feitos e barganhas**: a elite indígena na capitania de Pernambuco, 1669-1732. In: OLIVEIRA, J. P. A presença indígena no Nordeste: processo de territorialização, modos de reconhecimento e regimes de memória, Rio de Janeiro, Contra Capa, p. 69-90, 2011.

WAI WAI, J. X.; JÁCOME, C. A cerâmica waiwai: transformações e continuidades. R. **Museu Arq. Etn.** 37: 204-229, 2021.

WEDEL, Waldo R. The direct-historical approach in Pawnee archeology. **Smithsonian Miscellaneous Collections**, 1938.

WUST, I. **Continuidade e mudança: para interpretação dos grupos pré-coloniais na bacia do rio Vermelho, Mato Grosso**. São Paulo: Tese de doutorado (antropologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Sociais da Universidade de São Paulo. 1990

WÜST, I. Contribuições arqueológicas, etnoarqueológicas e etno-históricas para o estudo dos grupos tribais do Brasil Central: o caso Bororo. **Rev. do Museu de Arqueologia e Etnologia**. S. Paulo, 2:13-26, 1992.

ZARANKIN, A.; SALERNO, M. A. El sur por el sur: una revisión sobre la historia e el desarrollo de la Arqueología Histórica en América Meridional. **Vestígios - Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica**, [S. l.], v. 1, n. 1, p. 15–47, 2007. DOI: 10.31239/vtg.v1i1.10733.